

## O Planejamento Estratégico e Social-Democrata do Brasil para o Desenvolvimento: alternativas políticas à crise financeira sistêmica do século XXI

Carlos Eduardo Santos Pinho<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente artigo trata das respostas políticas do Brasil à recente crise financeira sistêmica do capitalismo global, que é de responsabilidade dos países do Norte. Em primeiro lugar, discute-se que, nos dias de hoje, os países ricos são, paradoxalmente, reféns da agenda ortodoxa e neoliberal, que tradicionalmente impuseram para os países em desenvolvimento. A despeito da crise, os países do Sul recorrem a alternativas nacionais em um cenário de emergência do capitalismo de Estado. Segundo, o Brasil recorre ao planejamento estratégico voltado “para dentro” e privilegia a *dimensão social* das políticas públicas, embora venha sofrendo os impactos da crise na indústria e no PIB. Por fim, o artigo argumenta que há um modelo social democrata em curso no Brasil. Dentro das restrições institucionais da democracia representativa e das limitações estruturais da economia de mercado global, busca-se *desmercantilizar* a força de trabalho dos cidadãos mais pobres e investir na formação de capital humano.

**Palavras-chave:** Crise Financeira Sistêmica Internacional; Planejamento Governamental; Desenvolvimento, Governança Social-Democrata; Brasil

**ABSTRACT:** This paper discusses the Brazil’s policy responses to the recent systemic financial crisis of global capitalism, which is the responsibility of the North. Firstly, it is argued that today the rich countries are, paradoxically, the hostages of orthodox neoliberal agenda that has traditionally imposed for developing countries. Despite the crisis, the Southern countries resort to an alternative national in a scenario of an emergency state capitalism. Second, Brazil resorts to the “turned inward” strategic planning and emphasizes the *social dimension* of public policies, although it is suffering the impacts of the crisis in industry and GDP. Finally, the article argues that there is an ongoing social democratic model in Brazil. Within the institutional constraints of representative democracy and the structural limitations of the global market economy, we seek to *decommodification* of the poorest citizens’ workforce and invest in human capital formation.

**Key-words:** International Systemic Financial Crisis; Government Planning; Development; Social-Democratic Governance; Brazil

---

<sup>1</sup> Professor Substituto do Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DCP/IFCS/UFRJ). Setor: Políticas Públicas. Mestre e Doutorando em Ciência Política do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), instituição legítima e sucessora do antigo IUPERJ. Bolsista CAPES e Pesquisador Assistente do Núcleo de Estudos do Empresariado, Instituições e Capitalismo (NEIC/IESP-UERJ) e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas, Estratégias e Desenvolvimento (INCT-PPED), sob coordenação do professor e orientador Renato Raul Boschi. E-mail: [cpinho@iesp.uerj.br](mailto:cpinho@iesp.uerj.br).

## 1. Introdução

De acordo com a clássica e primorosa definição dos cientistas políticos Adam Przeworski e Gosta Esping-Andersen, a *social-democracia* constitui a forma prevalecente de organização política dos trabalhadores sob a égide do capitalismo e das instituições da democracia parlamentar para a consecução de reformas sociais dentro da vigência do modo capitalista de produção (PRZEWORSKI, 1989; ESPING-ANDERSEN, 1985). Neste contexto, se no final da II Guerra Mundial, países europeus como França, Espanha, Itália, Irlanda e Grécia conseguiram forjar projetos social-democratas relativamente inclusivos. Hoje, entretanto, diante da *crise financeira sistêmica do capitalismo globalizado* e de uma guinada à direita do espectro ideológico e partidário nesses países, as bases da social-democracia clássica vêm sendo corroídas e operam no sentido de promover (e/ou acentuar) a exclusão dentro das instituições democráticas e representativas. A profunda crise dos países da Europa como Grécia, Portugal, Espanha, Itália e Irlanda bem como os recentes protestos populares - de jovens desempregados - na forma de acampamentos em cidades ícones do capitalismo como Nova York e Londres somente reiteram esse quadro social adverso que impõe sérios questionamentos e desafios à legitimidade dos sistemas democráticos desses países. Desta forma, a solução apresentada para a crise está assentada no velho, fracassado e obsoleto receituário neoclássico: austeridade, ortodoxia fiscal e contingenciamento das políticas sociais, apropriação privada do patrimônio público pelos circuitos globalizados do capital e uma agressiva política de arrocho salarial, gerando cada vez mais desemprego e falta de expectativas quanto ao futuro. Essa discussão será orientada para o caso brasileiro. Assim, a despeito da preservação e da aquiescência aos fundamentos macroeconômicos neoliberais nos últimos anos, o Brasil vem criando condições estratégicas, institucionais e societárias para nadar “contra a corrente”? A que alternativas o Brasil vem recorrendo para superar essa crise capitalista devastadora? Estas são as questões pivotais que norteiam o presente artigo.

Não obstante, o período relativamente recente das reformas orientadas para o mercado - particularmente na década de 1990 -, no qual o *laissez-faire* constituiu uma ideologia que esteve no centro do modelo de desenvolvimento; o Brasil, desde os primeiros anos do século XXI vem recompondo as *capacidades estatais de planejamento estratégico para o desenvolvimento nacional*. Desta maneira, o presente artigo parte da hipótese de que o *planejamento governamental*, enquanto uma variável dependente do regime democrático, no qual o Brasil está imerso, contempla *duas dimensões substanciais* que, embora distintas, estão em sinergia e, atualmente, conferem um papel singular ao Brasil entre os Estados nacionais centrais, emergentes e periféricos, no âmbito do sistema internacional. Nesta configuração, portanto, a

primeira dimensão é o *planejamento nacional orientado “para dentro”*, ou seja, a formatação de políticas públicas destinadas à redução da pobreza, da alarmante desigualdade social e à criação de um autêntico *mercado doméstico de consumo de massas*. Por conseguinte, tal planejamento doméstico diz respeito, fundamentalmente, ao *poder infra-estrutural* do Estado, que se consubstancia na sua capacidade de ser responsivo às demandas da sociedade, permeável a ela na provisão de serviços públicos indispensáveis (saúde, educação, segurança, emprego, habitação, proteção social etc.) e, sobretudo, democrático. A segunda dimensão constitui o *planejamento nacional orientado “para fora”*<sup>2</sup>, isto é, a disposição de capitanear uma inserção ativa, assertiva e soberana na ordem global multilateral, disseminando o caráter indispensável da ação pública e deliberada do Estado para a promoção de uma globalização mais humana, democrática e menos desigual. Neste contexto, a luta contra a fome e à pobreza no mundo, a defesa do multilateralismo, da integração regional e da feitura coalizões políticas com os grandes países do Sul constituem alguns dos meios pelos quais são reivindicadas uma maior capacidade de deliberação no processo decisório e uma mudança substantiva do *status quo* internacional. É por fazer convergir essas duas formas diversas de planejamento que o Brasil tem conseguido sobreviver a “onda gigante” criada pela crise financeira dos países centrais do capitalismo, apesar dos graves impactos que ela vem impondo ao país. No entanto, dadas as limitações espaciais, o escopo deste artigo somente contemplará a dimensão do planejamento voltado “para dentro”, no ambiente adverso e incerto da crise financeira, deixando a segunda dimensão para outra oportunidade.

Ademais, subjacente ao planejamento governamental nacional orientado “para dentro” e “para fora” é interessante ressaltar que o que lhe confere suporte é a *governabilidade social-democrata*. Esse componente social-democrata do capitalismo de Estado no Brasil vem conferindo um viés menos excludente e disforme à sociedade brasileira. Dentro das *restrições institucionais da democracia representativa e liberal*, da aquiescência às regras de competição eleitoral bem como das *limitações estruturais da economia globalizada de mercado*, o governo brasileiro caminha no sentido de promover uma *reforma democrática* do capitalismo tendo como nortes a inclusão e a *dimensão social* das políticas públicas de desenvolvimento. Isto o

---

<sup>2</sup> Distintamente do passado recente, quando a política externa era acessória à estabilidade macroeconômica e tinha a atribuição de assegurar a credibilidade internacional, na atualidade, a política exterior, pró-ativa, contudo, pragmática, constitui um dos alicerces da estratégia de governo ancorada em mais três pilares: preservação da estabilidade econômica; recondução do papel do Estado na coordenação de uma agenda neo-desenvolvimentista; inclusão social e criação de um mercado de massas robusto (HIRST, LIMA e PINHEIRO, 2010; LESSA, COUTO e FARIAS, 2009). No mesmo sentido teórico e analítico, Hirst (2009) considera que existem quatro fatores que estão atualmente condicionando as relações brasileiras com seus vizinhos: (1) a projeção sobre a estabilidade democrática brasileira; (2) a relação direta da região com os interesses econômicos brasileiros; (3) a afirmação do Brasil como um poder regional em escala mundial e, (4) as especificidades de cada relação bilateral com os países da região. A interação destes quatro fatores sumariados pela autora determina, em certa medida, o caráter da política exterior brasileira no cenário mais recente.

singulariza do modelo neoliberal que o precedeu, e que fora marcado, indubitavelmente, por negligenciar a questão social e por sacralizar o mercado como a espinha dorsal do modelo de desenvolvimento.

O Brasil não apresenta o mesmo ritmo acelerado de crescimento da economia chinesa - que também sofre as reverberações da crise financeira global - entretanto, vem enfrentando esta intensa crise a partir do fortalecimento do mercado interno e da promoção de políticas públicas fundamentalmente preocupadas com a *problemática social* do desenvolvimento. É importante ressaltar que, a despeito da aquiescência do governo brasileiro à *ortodoxia fiscal e neoliberal*, como é o caso do recente corte de R\$ 55 bilhões de reais do orçamento de 2012, para o cumprimento do superávit primário – isto é, a contenção de gastos para o pagamento dos juros da dívida - o ministro da Fazenda, Guido Mantega, e a ministra do Planejamento, Miriam Belchior, afirmaram que o *Programa de Aceleração do Crescimento* (PAC); o *Minha Casa, Minha Vida*; e os principais programas sociais do governo, como o *Brasil Sem Miséria* e o *Bolsa Família* seriam integralmente preservados (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012a).

Nestas condições, o artigo está dividido em quatro partes. Na primeira, faremos uma reflexão teórica e analítica sobre os países do Norte, contemplando fundamentalmente a seguinte dimensão: se outrora tais países impuseram, por meio de suas instituições financeiras, políticas ortodoxas e recessivas aos países mais pobres e em desenvolvimento, nos dias de hoje, paradoxalmente, são obrigados a adotar aquelas políticas por ocasião da eclosão da grande crise financeira sistêmica do capitalismo. Uma crise que, em hipótese alguma, é de responsabilidade dos países em desenvolvimento. Ademais, serão ressaltados os modelos alternativos de desenvolvimento seguidos pelos países do Sul, particularmente os asiáticos, em contraposição à agenda neoclássica, bem como a emergência do capitalismo de Estado neste cenário adverso de crise. Na segunda parte, enfatizar-se-á o caso brasileiro, salientando a retomada do *planejamento estratégico governamental orientado “para dentro”*, que privilegia a *dimensão social* das políticas públicas de desenvolvimento e a constituição de um *mercado doméstico de consumo de massas*, a despeito dos fortes impactos da crise sobre a indústria e o Produto Interno Bruto (PIB). Mesmo com a retração do PIB, o Brasil conseguiu superar os EUA, Japão, França e Reino Unido. Isto sem contar os países que estão na recessão técnica, em virtude do crescimento negativo por dois trimestres consecutivos. São eles: Portugal, Grécia, Itália, Holanda, Bélgica e República Tcheca. Na terceira parte, o argumento central discorre sobre a possível existência de um governo social-democrata em curso no Brasil. Dentro das restrições institucionais da democracia parlamentar e das limitações estruturais da economia de mercado globalizada, estão sendo executadas políticas públicas orientadas para a *desmercantilização* da força de trabalho das populações mais pobres e para a formação de *capital humano*. Tudo isto

no contexto de uma perversa crise sistêmica internacional. Na quarta parte serão feitas as considerações finais do texto.

## **2. “O feitiço virou contra o feiticeiro”: o neoliberalismo no Norte, os modelos alternativos de desenvolvimento no Sul e a ascensão do capitalismo de Estado**

Nos dias atuais, paradoxalmente, as democracias capitalistas do Norte sofrem com a agenda que foi por eles outorgada aos países em desenvolvimento durante tantos anos. Tradicionalmente, tais instituições são fortemente partidárias de um programa de arrefecimento do Estado e de acusações condenatórias das empresas públicas como as maiores fontes de estagnação e ineficiência econômica dos países menos desenvolvidos - *Less Developed Countries* (LDCs) (CHANG, 2003). Trata-se de uma agenda a ser irrevogavelmente prescrita aos países do Sul e, portanto, da periferia e da semi-periferia do capitalismo, sobretudo em momentos de crise financeira internacional. A contradição subjacente a este processo é que os países ricos não seguem à risca a agenda de privatização, de desregulamentação, de liberalização, de redução do escopo das políticas sociais e de retração do papel do Estado, que prescrevem para as nações em desenvolvimento. O *laissez-faire*, no sentido *sine qua non* da palavra, não existe. Trata-se de uma verdadeira falácia! É na esteira dessa discussão que o trabalho clássico de Há-Joon Chang aplica a perspectiva histórico-institucional<sup>3</sup> à análise do desenvolvimento econômico em contraposição à predominância da economia neoclássica, criticando o discurso disseminado em prol das “boas políticas<sup>4</sup>”, das “boas instituições” e da “boa governança” - como o Judiciário independente, a forte proteção aos direitos de propriedade privada e intelectual e uma governança empresarial, transparente e orientada para o mercado, assim como as instituições financeiras - prescritas pelo Consenso de Washington. A sua obra focaliza o século XIX e o início do XX, sobretudo o período compreendido entre o fim das guerras napoleônicas (1815) e a gênese da I Guerra Mundial (1914), durante o qual a maioria dos países desenvolvidos como a Grã-Bretanha, EUA, Alemanha e França estava passando pela Revolução Industrial.

---

<sup>3</sup> Assim, em contraposição à supremacia do mercado, os institucionalistas tentam explicar as distintas capacidades dos países para engendrar um efetivo e equitativo processo de reestruturação por suas diferenças em instituições políticas e econômicas. Nesta configuração, o sucesso ou não de uma economia depende de uma gama de instituições, das quais o mercado é somente uma delas. A despeito do que os neoliberais levam-nos a acreditar, a fronteira entre o econômico e o político *não* é alguma coisa naturalmente dada, *mas* algo que pode variar ao longo do tempo e lugar. As capacidades de administração dos conflitos e a autonomia do Estado *vis-à-vis* os grupos de interesse têm um papel econômico extremamente importante na explicação do desempenho diferencial das economias, que pode contribuir para instituir uma nova estrutura de direitos de propriedade bem como de gestão dos conflitos (CHANG, 2003).

<sup>4</sup> Sendo o berço intelectual das doutrinas modernas do *laissez-faire*, a Grã-Bretanha, quando do início do seu processo de industrialização, contraditoriamente, adotou medidas protecionistas e intervencionistas no sentido de impedir a transferência de tecnologia para os concorrentes potenciais (podemos mencionar como exemplos o controle da migração da mão-de-obra especializada ou da exportação de maquinária), e de pressionar os países menos desenvolvidos, sobretudo a partir do emprego da força quando necessário (CHANG, 2004).

Nesta configuração, as “instituições boas” são fundamentalmente as existentes nos países desenvolvidos, principalmente nos anglo-saxônicos. Certamente, os países desenvolvidos não seriam o que são hoje se tivessem adotado as políticas e instituições que atualmente advogam e recomendam às nações em desenvolvimento. O autor, portanto, questiona a sabedoria convencional de que as políticas e instituições tão recomendadas aos países em desenvolvimento foram adotadas pelos países desenvolvidos quando se achavam em processo de desenvolvimento e de construção dos seus Estados nacionais. Um exemplo emblemático é o dos EUA, que não somente se tornaram o mais fervoroso praticante – e o berço intelectual – do protecionismo e passaram a ser o líder mundial da indústria. Após a II Guerra mundial, quando da vigência e notoriedade da pujança industrial, os EUA fizeram precisamente o mesmo que a Grã-Betanha fez no século XIX, defendendo o livre-comércio; ainda que tivessem obtido tal supremacia a partir do uso nacionalista de ardente protecionismo (CHANG, 2004). Isto é que é “chutar a escada” dos países mais pobres.

À luz dessa complexa e instigante discussão teórico-analítica, a contradição que emerge nos dias atuais, todavia, é que estes mesmos países ricos que, historicamente, recomendam políticas de cunho fortemente recessivo para os países mais pobres, obstaculizando o seu processo de desenvolvimento e construção institucional, encontram-se, atualmente, em uma crise sistêmica de graves proporções. E mais do que isso: *uma crise que, em hipótese alguma, teve a sua gênese na periferia do sistema capitalista, mas no epicentro do capitalismo, da pujança e das finanças*. Isso vem afetando profundamente a governabilidade democrática e a legitimidade das instituições políticas, em razão do baixo crescimento econômico, da queda da produção industrial, do crescente desemprego da população mais jovem e da corrosão do tecido social. Governa-se para recuperar a credibilidade, a confiança, o beneplácito e o consentimento dos mercados, e não para garantir direitos de cidadania à população como emprego e proteção social. Em suma, os governos querem o respaldo e a *legitimidade* dos mercados, e não de suas populações.

Ademais, trata-se de uma crise causada pela volatilidade, fluidez e flexibilidade do capitalismo financeiro especulativo e apátrida, que contribui para minar o investimento e o capital produtivo. Uma crise que, de acordo com uma interlocução teórica e reflexiva com Harvey (1993), acentua o papel dúbio, antitético e contraditório dos Estados nacionais, na medida em que são abertas arenas de conflito entre a nação-Estado e o capital transnacional, comprometendo a fácil acomodação entre grande capital e grande governo tão típica da era fordista. Hoje, o Estado está numa posição muito mais problemática e constrangedora. Ao mesmo tempo em que é chamado à regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação é forçado, também no interesse nacional, a criar um “bom clima de negócios”, para atrair

o capital financeiro transnacional global e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas. Eis a *acumulação flexível*, que para além de tornar o capital financeiro o *poder coordenador*, consagra o neoliberalismo como uma ideologia<sup>5</sup>.

Neste contexto, e em patamar diametralmente oposto às reformas neoliberais ditadas pelas nações ricas do Norte, os países asiáticos caminharam na direção inversa. Assim, em nações como Coréia do Sul, Taiwan e Singapura, a capacidade institucional e a arquitetura de um arranjo corporativo foram cruciais para extrair receitas de suas elites, constituindo-se nos pré-requisitos para o investimento tanto na expansão das capacidades em termos de formação de capital humano quanto no progresso industrial. Nesse modelo de desenvolvimento orientado para fora e assentado na competitividade da indústria doméstica, tais países de industrialização recente (NICs) foram capazes de criar políticas e organizações para *governar o mercado* e elevar o padrão de vida de suas populações. Essas nações deram um salto com relação às práticas das economias Anglo-americanas e aos princípios ortodoxos da economia neoclássica (WADE, 1990).

Os países asiáticos criaram economias com altas taxas de poupança doméstica, gestão cuidadosa do investimento estrangeiro, significativa capacidade para exportar bens manufaturados e limitada dívida externa. Estas tendências econômicas emergiram de atividades *planejadas* por Estados nacionais eficazes e ajudaram a estimular o crescimento econômico. Em contraste, muitos países da América Latina que abraçaram o “Consenso de Washington” permaneceram mais dependentes da economia global, com baixas taxas de poupança interna, papéis menores para o capital nacional, maior dependência do capital estrangeiro para complementar a mobilização limitada de recursos domésticos, exportações focadas em *commodities* de baixo valor agregado e níveis relativamente altos de dívida externa. Quando comparadas com a América Latina, as economias asiáticas (China, Coréia do Sul, Índia e

---

<sup>5</sup> Em trabalho recentemente publicado, o teórico da Escola da Regulação Francesa, Bruno Amable, analisa os vínculos entre a moral e os aspectos políticos da ideologia neoliberal e como apelos a certas éticas podem legitimar o estabelecimento de instituições do capitalismo neoliberal por meio da ação política. Livres em parte da soberania pública, as políticas neoliberais devem ser guiadas por um imperativo moral vinculado à *competição*. O neoliberalismo como uma ideologia possui algumas características originais. Ele está baseado na idéia de que a ordem mundial ideal deve ser uma “livre” e “justa” competição entre os indivíduos. Nessa visão paradigmática, a intervenção pública é, assim, legitimada quando tenta restaurar as condições de competição justa e “nivelar o campo de jogo”. A competição tem, portanto, um aspecto econômico e moral dual: ela melhora a eficiência global do sistema econômico, permitindo que os melhores indivíduos contribuam mais para a prosperidade; ela recompensa os indivíduos de acordo com os seus méritos, explora o que há de melhor neles e lhes permitem melhorar a si mesmos. Ademais, a competição desempenha um papel crucial na ideologia neoliberal. Em primeiro lugar, ela é um princípio supremo, que deve ser colocado acima das influências políticas. Conseqüentemente, a única intervenção pública concebível é aquela que preservaria as leis da concorrência. Esse processo de despolitização, engendrado pela redução dos problemas políticos a sua dimensão econômica ou moral, precede o neoliberalismo, e é característica do pensamento liberal em geral. A conseqüência é uma crítica elitista da democracia, promovendo um modo de governança onde uma elite esclarecida e ilustrada, guiada por considerações éticas, preservaria o bem comum dos perigos do “populismo”. Por fim, a intervenção está longe de ser proibida, mas deve ser justificada por referência à promoção da competição individual e não como uma forma de alterar os resultados de um processo supostamente livre e justo (AMABLE, 2010).

Malásia) têm crescido mais rápido com desigualdades relativamente modestas. Mesmo antes da “década perdida” (anos 1980) na América Latina, as principais economias asiáticas cresceram mais rápido do que as daquele continente. A média anual da taxa de crescimento na Ásia entre 1965 e 1980 foi de 7.1%, ao passo que para a América Latina foi de 5.0%. Ao longo das últimas duas décadas, a poupança média anual dos países asiáticos tem sido um pouco maior do que na América Latina. As origens dos diferentes caminhos percorridos pela Ásia e pela América Latina estão enraizadas em diferentes graus de *autonomia política* e de *nacionalismo* desfrutados por tais Estados nacionais face às restrições globais. Esta autonomia, por sua vez, reflete os distintos processos de formação do Estado nas duas regiões, especialmente em torno da II Guerra Mundial (KOHLI, 2009).

A despeito de terem as suas taxas de crescimento significativamente reduzidas por uma crise da qual não são originariamente culpados, países emergentes como Brasil, Índia, Rússia, China e África do Sul – os chamados BRICs – continuam investindo nos mercados domésticos, forjando estratégias nacionais autônomas de desenvolvimento em um cenário de globalização desigual<sup>6</sup>, e lutando por um maior protagonismo na arena decisória internacional, ainda monopolizada pelos países tradicionais do Norte. Neste sentido a crise do capitalismo liberal tornou-se mais grave pela ascensão de uma alternativa potente: o *capitalismo de Estado*, que constitui uma das maiores mudanças na economia mundial nos anos recentes. Ele tenta fundir os poderes do Estado com os poderes do capitalismo. Ademais, depende do governo para escolher os vencedores e promover o crescimento econômico. Entretanto, ele também usa as ferramentas capitalistas como a listagem de empresas estatais na Bolsa de Valores e abraça a globalização. O capitalismo de Estado pôde reivindicar do mundo a mais bem sucedida grande economia para o seu campo: a China. Assim, ao longo dos últimos 30 anos, o PIB deste país tem crescido a uma taxa média de 9.5% ao ano, e seu comércio internacional até 18% em termos de volume. Ao

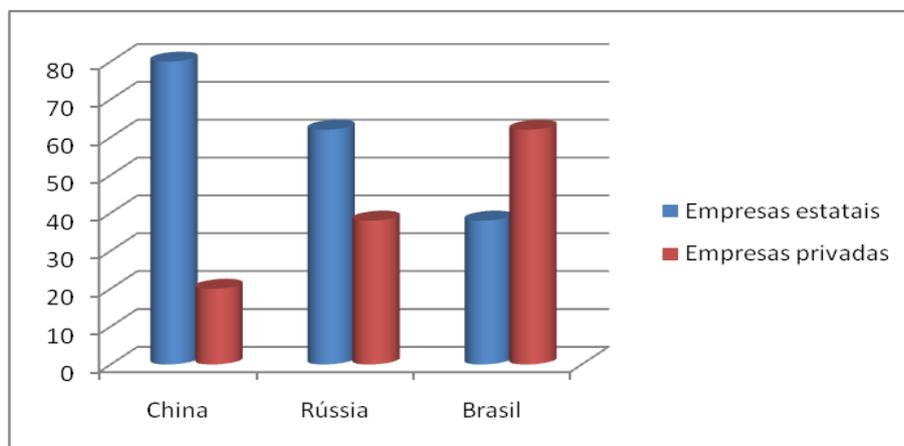
---

<sup>6</sup> No que tange ao caráter assimétrico da globalização, o relevante trabalho de Erik Reinert intitulado *How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor*, chama atenção para o fato de que alguns países especializam-se em atividades de rendimentos crescentes e outros em atividades de rendimentos decrescentes. Os países ricos especializam-se em vantagens comparativas feitas pelo homem, enquanto os países pobres especializam-se em vantagens comparativas feitas pela natureza. As oportunidades para a inovação e a mudança técnica são desigualmente distribuídas entre as atividades econômicas. O livre comércio assimétrico levará às nações pobres a se especializarem em ser pobres, ao passo que as nações ricas se especializarão em ser ricas. Para se beneficiarem do livre-comércio, as nações pobres devem primeiro livrar-se de sua especialização internacional em ser pobre. Em suma, o capitalismo, da forma como é definido hoje, *é um sistema dentro do qual é possível se especializar em ser rico ou em ser pobre*. Os trabalhadores nos países pobres são tão eficientes quanto aqueles dos países ricos, todavia *a diferença nos salários reais é enorme*, na medida em que os salários são *reduzidos* a fim de serem competitivos internacionalmente. Contudo, nas palavras do autor, o impressionante crescimento econômico da China, Índia e Coreia do Sul está sendo mantido como um exemplo do sucesso da globalização. A questão que não é perguntada, entretanto, é a seguinte: a China, a Índia e a Coreia do Sul tomam ou tomaram a medicação recomendada – a saber, a integração econômica imediata? A resposta é, claramente, *não*. Os países que não tomaram a medicação recomendada estão constantemente sendo usados como prova da excelência da globalização. Nestas condições, a China, a Índia e a Coreia do Sul têm seguido, por cerca de 50 anos, variantes de uma política do FMI e do Banco Mundial, que agora impedem os países pobres de seguir. A Rússia, por outro lado, é um país que seguiu a terapia de choque recomendada com conseqüências desastrosas (REINERT, 2007).

longo dos últimos dez anos, o seu PIB mais do que triplicou para R\$ 11 trilhões. A China assumiu o lugar do Japão como a segunda maior economia, e dos EUA como o maior mercado mundial para bens de consumo. O capitalismo de Estado também pôde reivindicar algumas das mais poderosas empresas do mundo. As 13 maiores empresas de petróleo, que entre elas têm um controle sobre mais do que  $\frac{3}{4}$  das reservas de petróleo mundiais, todas são de propriedade estatal. O capitalismo de Estado está em marcha, transbordando de dinheiro e encorajado pela crise no Ocidente. Empresas estatais perfazem 80% do valor da bolsa de valores na China, 62% na Rússia e 38% no Brasil<sup>7</sup>. De fato, todos têm uma coisa em comum nestas variedades de capitalismo de Estado: *os políticos têm muito mais poder do que tiveram sob o capitalismo liberal*. Portanto, se no passado as empresas ocidentais estavam na ofensiva, hoje elas estão cada vez mais afastadas dos campeões emergentes. As corporações costumavam escolher as melhores e mais brilhantes pessoas quando entravam nos mercados emergentes; agora elas têm de competir com os campeões locais que podem oferecer não só os salários semelhantes, mas a chance de jogar para o time da casa (THE ECONOMIST, 2012).

**Gráfico 1.**

**Capitalização das empresas estatais sob o índice da bolsa de valores nacional (Junho 2011, % do total)**



Fonte: elaboração própria com base em THE ECONOMIST (2012)

<sup>7</sup> O Brasil passou a maior parte de sua história moderna em busca da modernização dirigida pelo Estado. Uma pesquisa no início de 1980 mostrou que o país tinha mais do que 500 empresas estatais. O Brasil lançou uma campanha de privatização na década de 1990 para lidar com a hiperinflação, surgindo déficits e esclerose geral. Entretanto, mais recentemente, ele se mudou para uma nova direção. O governo tem investido recursos em um punhado de campeãs estatais, especialmente àquelas empresas que lidam com recursos naturais e telecomunicações. Além disso, o governo também produziu um novo modelo de política industrial: a substituição direta com a propriedade indireta do governo brasileiro por meio do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES) e sua subsidiária de investimento (BNDESPar); e trocando a participação majoritária por uma participação minoritária por meio da aquisição de ações em um amplo espectro de empresas distintas. Trata-se do “Leviatã como um acionista minoritário”. Este modelo de acionista minoritário tem várias vantagens. Ele limita a capacidade do Estado para utilizar as estatais para premiar clientes ou para perseguir políticas sociais. Os Acionistas privados têm poder suficiente para reclamar. No entanto, eles também dão ao Estado mais influência em prol do seu dinheiro. Em 2009, as participações do BNDESPar foram de US\$ 53 bilhões ou somente 4% do mercado de ações. No entanto, o Estado falou com uma voz corporativa em todo o Brasil (THE ECONOMIST, 2012).

### 3. O planejamento estratégico governamental orientado “para dentro”, a dimensão social das políticas públicas e os impactos da crise financeira internacional no Brasil

As recentes iniciativas de recomposição, recuperação e retomada das *capacidades estratégicas* do Estado brasileiro para o *planejamento de políticas públicas* – ainda que dentro das limitações instituídas pelo legado neoliberal e neoclássico como é o caso do respeito aos fundamentos macroeconômicos e à austeridade fiscal - estão em patamar diametralmente oposto aos ditames impostos pelas instituições financeiras dos países da Europa e dos EUA - agora em crise –, conforme fora notório durante os anos 1990. Tendo em vista as crises econômicas dos anos 1980 e o perverso legado neoliberal dos anos 1990, que redefiniram o papel estratégico do Estado para hipertrofiar o mercado bem como fomentar a primazia da gestão sobre o planejamento estatal, no sentido forte, estratégico e político do termo (BOSCHI e LIMA, 2002; CARDOSO JR., 2010), partimos da hipótese de que a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, pavimentou as bases para uma retomada das capacidades de planejamento estatal no Brasil, após anos de arrefecimento e inércia dessa função, que é indiscutivelmente estratégica para a promoção do desenvolvimento e para a sustentabilidade de um projeto nacional *soberano, inclusivo e democrático* de longo prazo. Ademais, é importante ressaltar que a presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2010, segue dando continuidade à estratégia nacional de desenvolvimento orquestrada pelo governo que a precedeu. Neste sentido, do ponto de vista das relações entre os Poderes Executivo e Legislativo, da estabilidade das instituições políticas e da consolidação democrática, as condições institucionais para a governabilidade<sup>8</sup> são bastante favoráveis para o aprofundamento das reformas iniciadas pelo ex-presidente Lula. Daí a importância das políticas sociais de combate à pobreza e à desigualdade a fim de reparar as

---

<sup>8</sup> No Congresso, Dilma possui uma base de governo consolidada, que vem crescendo desde a primeira eleição de Lula. Em 2003, a coalizão de Lula era minoritária tanto na Câmara dos Deputados quanto no Senado. Em 2006, já tendo incorporado o PMDB, o governo ainda enfrentava dificuldades para conseguir aprovar emendas constitucionais no Senado. Em 2011, todavia, Dilma conta com ampla maioria nas duas casas. Ademais, o enfraquecimento da oposição deu-se, sobretudo, em razão da grande perda de cadeiras dos partidos de centro-direita. Principalmente o DEM, que no Senado chegou a perder dois terços de seus senadores e diminuirá sua bancada em pelo menos 11 deputados com a criação do novo partido do prefeito de São Paulo, o PSD, de Gilberto Kassab. Diante disso, *é de se esperar uma oposição com dificuldades de exercer seu papel de fiscalizador do governo*. Os cinco maiores partidos representados na Câmara continuam sendo, respectivamente, o PT, o PMDB, o PSDB, o PP, e o DEM; com a diferença que o PP é agora maior que o DEM e que o PT, como em 2002, voltou a ser o maior partido. Por fim, é importante ressaltar que são considerados partidos de (1) direita e centro-direita: DEM e PSDB; (2) centro: PMDB; (3) esquerda e centro-esquerda: PT, PCdoB, PV, PDT, PSB e PSOL; (4) clientelistas: PTB, PP e PR e micro partidos, que são todos aqueles que tiverem menos de 3% das cadeiras da Câmara dos Deputados e cujo perfil ideológico não é definido (SANTOS, BORGES e RIBEIRO, 2011). Essa é a especificidade do *presidencialismo de coalizão* do Brasil, haja vista a imperiosa necessidade do Chefe do Executivo costurar alianças com partidos políticos de concepções ideológicas e programáticas distintas, além de, uma vez no poder, conceder cargos políticos em pastas ministeriais diversas para assegurar as condições de governabilidade. Eis o *presidencialismo de coalizão* como o grande *dilema institucional brasileiro* (ABRANCHES, 1988).

mazelas estruturais que emperraram o pleno desenvolvimento do Brasil enquanto Estado nacional.

Nesta mesma direção, o estudo do cientista político brasileiro, Renato Boschi, ressalta que, especificamente no caso brasileiro, o *problema social e econômico* surge com muito mais força enquanto potencial *desestabilizador da democracia*, visto que o país é caracterizado por fortes desigualdades e foi, ademais, abalado por crises no sistema internacional que conduziram à desvalorização da moeda no período pós-estabilização. Deste modo, o debate público sobre as alternativas de desenvolvimento na América Latina está muito marcado pela polaridade Estado/mercado que sintetizou o cenário pós-neoliberal na região. Neste caso, as elites parlamentares brasileiras se mostram mais sensíveis à importância da problemática social e da pobreza como um fator de ameaça à estabilidade democrática e apontam também elementos de ordem institucional relativos às relações Executivo/Legislativo e ao mau funcionamento do judiciário. Trata-se da defesa de uma nova agenda em que as economias funcionem com base em um regime mais aberto e sob condições de democracia política. De um lado, essa agenda inclui uma preocupação com a estabilidade monetária e a retomada de políticas de crescimento e, de outro, a implementação de políticas focalizadas de redução da pobreza e da desigualdade como uma reparação, pela via da esquerda, da dívida social protagonizada pelas reformas de mercado. Ainda no que concerne à polarização Estado/mercado, as elites parlamentares brasileiras são francamente mais favoráveis a uma perspectiva intervencionista. Daí a importância de correções de rumo em trajetórias pregressas bem como na percepção das elites estratégicas (BOSCHI, 2009).

É importante reiterar que, no início do século XXI, sobretudo a partir de 2003, o Estado brasileiro restabeleceu a função *planejamento governamental* assim como o seu poder *infra-estrutural*<sup>9</sup> para a formulação e execução de políticas públicas. Neste sentido, convém salientar que o modelo de desenvolvimento atualmente em curso – e que a presidente Dilma Rousseff, enquanto chefe de Estado e de Governo vem dando continuidade desde o governo Lula – é concebido como o *Novo-Desenvolvimentismo*. Ele é produto da indução estatal, na medida em que instituiu uma *variedade de capitalismo* coordenada, orquestrada e capitaneada pelo Estado (HALL e SOSKICE, 2001; BOSCHI, 2011). Por conseguinte, o sentido de desenvolvimento aqui esboçado contempla as seguintes dimensões: (1) inserção internacional soberana; (2) macroeconomia para o desenvolvimento: crescimento, estabilidade e emprego; (3) infra-

---

<sup>9</sup> Faz-se aqui uma interlocução com o arcabouço teórico-conceitual do sociólogo Michael Mann. Segundo ele, o Estado moderno ideal combinaria *grande poder infra-estrutural* com *limitado poder despótico*; isto é, a capacidade de mobilizar recursos necessários para penetrar uniformemente o território por meio da provisão de serviços públicos indispensáveis (tais como saúde, educação, proteção social, saneamento, habitação), constituindo um Estado nacional integralmente permeável, burocrático e, acima de tudo, democrático (MANN, 2006).

estrutura econômica, social e urbana; (4) estrutura tecnoprodutiva avançada e regionalmente articulada; (5) sustentabilidade ambiental; (6) proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e (7) fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia (CARDOSO JR., 2010). Ademais, este conceito – o *Novo-Desenvolvimentismo* - tem suas origens no pensamento keynesiano e na vertente cepalina neo-estruturalista; e, como tal, defende as seguintes teses: (1) a inviabilidade de um mercado forte sem um Estado forte; (2) o crescimento sustentado a taxas elevadas está condicionado ao fortalecimento dessas duas instituições e a adoção de políticas macroeconômicas adequadas; (3) mercado e Estado fortes somente serão construídos por meio de um projeto nacional de desenvolvimento que aglutine crescimento econômico sustentado com equidade social; o que implica superar a disjuntiva Estado/mercado; e (4) a redução da desigualdade social é inconcebível sem o crescimento a taxas elevadas e continuadas. O seu pressuposto básico consiste na capacidade de combinar o aprendizado derivado da longa trajetória desenvolvimentista<sup>10</sup> – vigente entre os anos 1930 e 1980 - com os fundamentos da estabilidade e integração do país aos circuitos financeiros e comerciais globalizados do capital, em crescente interconexão. Trata-se de uma estratégia nacional que mobiliza o Estado como *o instrumento de ação coletiva da nação*, e que retoma o conceito de nação para acompanhar os países centrais por meio de um conjunto de instituições e de políticas mobilizadas para o desenvolvimento - *catch up*. (BRESSER- PEREIRA, 2005, 2007, 2009a, 2009b; BOSCHI e GAITÁN, 2008; SICSÚ, DE PAULA e MICHEL, 2005; SICSÚ, 2008). O *Novo-Desenvolvimentismo* é produto da ação deliberada do Estado, da retomada das suas capacidades de planejamento estratégico e do restabelecimento do seu poder *infra-estrutural*.

---

<sup>10</sup> Entre 1930 e 1980, o Nacional-Desenvolvimentismo, levado a cabo tanto por governos autoritários como democráticos, constituiu uma estratégia nacional de desenvolvimento ancorada na industrialização sob forte indução e condução estatal, e na adoção do modelo de industrialização por substituição de importações (ISI) para a proteção da indústria nacional. Tal modelo instituiu burocracias weberianas assentadas no recrutamento meritocrático e constituídas ao longo do tempo, criou estruturas corporativas de representação de interesses entre o capital e o trabalho, e entre o setor privado e o Estado, contribuindo para a urbanização, a industrialização e a modernização da sociedade brasileira. Todavia, essas estruturas corporativas eram verticalizadas, centralizadas e hierarquizadas, marginalizando a instância parlamentar-partidária bem como os trabalhadores dos acordos cooperativos e dos processos decisórios concernentes às políticas públicas. Ao lado da preponderância de um *corporativismo estatal* e de um Executivo forte (BOSCHI e DINIZ, 1991; DINIZ, 1992; BOSCHI e LIMA, 2002; BOSCHI, 2010; KOHLI, 2004) havia um verdadeiro *insulamento burocrático* (NUNES, 2003), uma vez que a alta tecnocracia e as elites dirigentes, encapsuladas em sua cúpula burocrática, promoveram a centralização, a concentração e o fechamento do processo decisório, não se sujeitando ao escrutínio público e configurando um déficit de *accountability* (prestação de contas). Não obstante o fato de que o Nacional-Desenvolvimentismo tenha instituído direitos sociais substanciais como a regulamentação das profissões, o sindicato público (desde que subordinado ao Ministério do Trabalho), a carteira de trabalho enquanto *certidão de nascimento cívico* do trabalhador, o salário mínimo e o direito a férias (SANTOS, 1998), *a questão social não era prioridade*. Tentava-se garantir uma relativa equidade em um contexto de acumulação de capital subjacente a uma ordem urbano-industrial em formação. Portanto, *o Nacional-Desenvolvimentismo negligenciou e relegou a um patamar secundário a questão social*, na medida em que o desenvolvimento e o progresso, no Brasil, ocorreram concomitantemente a uma exacerbada *concentração social da renda* e a uma extrema *desigualdade*.

Ele aspira a uma estratégia nacional autêntica, e contesta os “quadros de referência”<sup>11</sup> das elites governantes pregressas, condescendentes com o modelo neoliberal que, por sua vez, colocou os mercados no ápice do modelo de desenvolvimento. Em suma, o *Novo-Desenvolvimentismo* deve ser pensado à luz do papel das trajetórias prévias bem como da centralidade do Poder Executivo no arcabouço institucional republicano brasileiro.

**Tabela 1.**  
**Os Elementos dos Quadros de Referência das Variedades de Capitalismo e as Metas Contestadas onde a (Des) funcionalidade está relacionada a:**

Metas sistêmicas, existenciais, também contestadas	Metas políticas possivelmente contestadas	Contestadores
Ordem	Igualdade	Partidos políticos
Eficiência	Liberdade	Burocracias estatais
Rentabilidade	Crescimento do PIB	Governos
Competitividade	Segurança social generosa	Organizações Sindicatos
	Proteção ambiental	Empregadores e empresas
	Pleno emprego	Movimentos sociais
	Co-determinação	Eleitores
	Baixos impostos	

Fonte: Elaboração própria com base em BECKER, Uwe. (2009). *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan.

Neste contexto, as análises de Peter Evans nos fornecem um aporte teórico e analítico interessante, pois asseveram que o “Estado desenvolvimentista” continuará a desempenhar um papel crucial no crescimento econômico e na transformação social no século XXI, como o fez na segunda metade do século XX, e cujas facetas principais constituíam: (1) a capacidade burocrática; e (2) a capacidade de inserção/incorporação - ou “*embeddedness*”. Deste modo, a

<sup>11</sup> A partir de uma interlocução com a literatura sobre as *Variedades de Capitalismo* (VoC), a avaliação de Becker (2007, 2009) - na perspectiva dos sistemas abertos - aponta que os *quadros de referência* são determinados existencialmente, contemplando dimensões como a competitividade e/ou desempenho econômico das empresas, mas também são *constructos* ideológicos e políticos. Por conseguinte, estão circunscritos às relações de poder e abarcam uma diversidade de temas como segurança, emprego, padrões de igualdade social e bem-estar e proteção ambiental; que estão sujeitos às mais diversas interpretações em instâncias como partidos políticos, burocracias estatais, governos, organizações, sindicatos, empregadores e empresas, movimentos sociais e eleitores. É nesse sentido que a eleição da coalizão de centro-esquerda, em 2002, e também a de Dilma Rousseff, em 2010, contesta os quadros de referência das elites pregressas encapsuladas no âmbito da burocracia estatal e, portanto, complacentes com as políticas liberais de retração progressiva do emprego, dos padrões de segurança social e de cidadania.

transformação das instituições públicas é o único caminho para produzir um Estado com capacidade para atender aos requisitos deste milênio, ressaltando-se a importância das capacidades burocrática e organizacional para a expansão das capacidades estatais em termos de formação de capital humano e de progresso industrial. Entretanto, tais capacidades devem estar acompanhadas de novas capacidades políticas como a reconstrução de conexões com a sociedade via instituições deliberativas que são fundamentais para orientar as mudanças de estratégia dos Estados. Nesse sentido, o êxito na promoção do desenvolvimento não será alcançado se prescindir da capacidade e da ação do Estado. A premissa de Evans é a seguinte: se é para ser um Estado eminentemente desenvolvimentista, o Estado do século XXI deve ser explícita e conscientemente capaz de expandir as suas capacidades, configurando uma ponte entre a racionalidade do mercado e as demandas do desenvolvimento atualmente em curso. Deve ser ágil, ativo, rico e capaz de atuar independentemente dos interesses privados. Expandir a capacidade do Estado é uma construção política. Outrossim, o sucesso da “social-democracia globalizada” vai depender da sua capacidade de influir nas regras que governam o mercado mundial (EVANS, 2009; 2008).

Diante dessa esmagadora crise financeira, cuja responsabilidade precípua é atribuída aos países centrais do capitalismo, as nações emergentes como Brasil, Índia, China, Rússia e o continente africano<sup>12</sup> vêm procurando, a partir da ação deliberada e planejada do Estado,

---

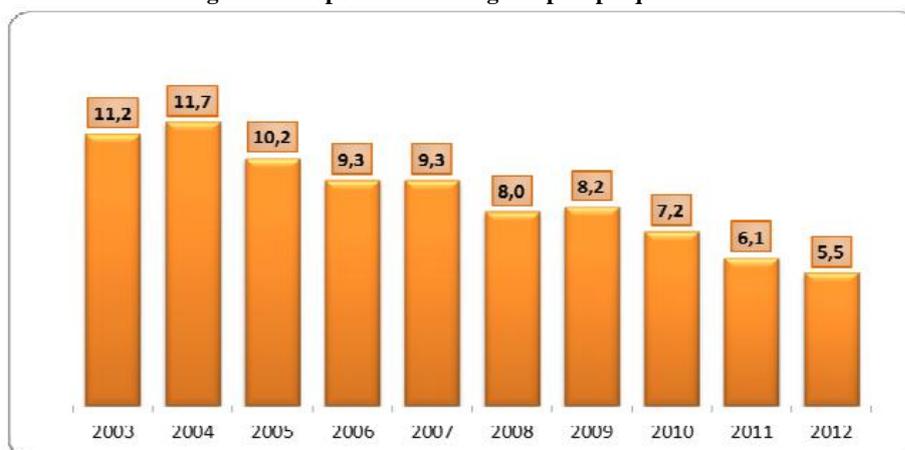
<sup>12</sup> Mesmo após revisar para baixo a sua previsão de crescimento para 2012 por causa da desaceleração da economia no Hemisfério Norte, o FMI ainda espera que as economias da África Subsaariana expandam 5.75% neste ano. Vários grandes países tendem a atingir taxas de crescimento de 10%. O Banco Mundial disse em um relatório em 2011 que a “África pode estar à beira de uma decolagem econômica, bem como a China estava há 30 anos atrás e a Índia há 20 anos”, embora seus governantes pensem que a maior redução da pobreza exigirá um crescimento superior ao de hoje – uma média de longo prazo de 7% ou mais. Ademais, há outro ponto de comparação com a Ásia: a demografia. A população da África está prevista para duplicar de 1 bilhão para 2 bilhões nos próximos 40 anos. Como a população da África cresce em tamanho, ela também irá alterar na forma. A média de idade agora é de 20 anos comparada com 30 na Ásia e 40 na Europa. Com as taxas de fertilidade caindo, a mediana subirá como a massa dos jovens de hoje que se move em seus anos mais produtivos. Este “dividendo demográfico” foi crucial para o crescimento das economias do Leste Asiático uma geração atrás. Ele oferece uma gama de oportunidades para a África hoje. Ademais, severas disparidades de renda persistem em grande parte do continente, mas uma genuína classe média está emergindo. De acordo com o Standard Bank, que opera em toda a África, 60 milhões de famílias africanas têm renda anual maior do que US\$ 3.000 a preços de mercado. Em 2015, espera-se que esse número alcance 100 milhões, quase o mesmo que a Índia agora. Essas famílias pertencem ao que pode ser chamado a classe consumidora. No total, 300 milhões de africanos ganham mais do que US\$ 700,00 por ano. Isso não é muito, e muito daquelas pessoas poderiam ser empurradas à penúria por uma pequena mudança circunstancial. De fato, eles não são uma classe média para os padrões ocidentais, mas, não obstante, representam um mercado vasto. Embora a África fosse rotulada como o “continente da esperança” uma década atrás, uma mudança profunda ocorreu. A produtividade do trabalho tem aumentado. Ela está agora crescendo, em média, 2.7% ao ano. O boom das *commodities* é particularmente responsável. Entre 2000 e 2008 em torno de ¼ do crescimento africano veio das maiores receitas dos recursos naturais. O comércio entre a África e o resto do mundo aumentou 200% desde o ano 2000. A inflação caiu de 22% na década de 1990 para 8% na última década. A dívida externa declinou ¼ e os déficits no orçamento por dois terços. Em oito dos últimos dez anos, de acordo com o Banco Mundial, o crescimento da África Subsaariana tem sido mais rápido do que o Leste Asiático (embora não inclua o Japão). Ademais, uma geração atrás, Brasil, Rússia, Índia e China respondiam por apenas 1% do comércio africano. Hoje eles formam 20% e, em 2030, espera-se que a taxa seja de 50%. Se a China e a Índia continuam a crescer, a África provavelmente também crescerá (THE ECONOMIST, 2011).

proteger as suas economias e as suas respectivas sociedades. No caso do Brasil, em particular, políticas anticíclicas estão sendo estrategicamente executadas para contrabalançar os efeitos do “moinho satânico que tritura os homens transformando-os em massa”, conforme a definição clássica de Polanyi (2000); criando um verdadeiro “contra-movimento” de políticas públicas à ação deletéria do mercado e à tentativa de se instaurar uma sociedade regida e orquestrada pelas leis perversas do mercado auto-regulável. Neste contexto, é importante aqui sumarizar o conjunto de políticas públicas levadas a cabo pelo governo brasileiro desde 2003 e que tem permitido, a despeito dos fortes impactos, sair relativamente bem desta grande crise financeira internacional.

Assim, de acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012), nas regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, o rendimento médio real habitual dos trabalhadores, apurado em janeiro de 2012 em R\$ 1.672,20, no conjunto das seis regiões, subiu 0,7% em comparação com dezembro. Frente a janeiro de 2011, o poder de compra dos ocupados cresceu 2,7%. O rendimento médio real habitual dos empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, apurado em janeiro de 2012 em R\$ 1.545,50, no conjunto das seis regiões, teve alta de 0,4% frente a dezembro. Em relação a janeiro de 2011, o rendimento cresceu 3,6%. A despeito do fato de que haja algumas oscilações entre o número de desocupados e o de ingressantes, e do caráter estruturalmente informal, rotativo e precário do mercado de trabalho brasileiro, a tendência é de *queda do desemprego* e de *aumento do emprego formal* atrelados ao *crescimento do rendimento do trabalho*.

### Gráfico 2.

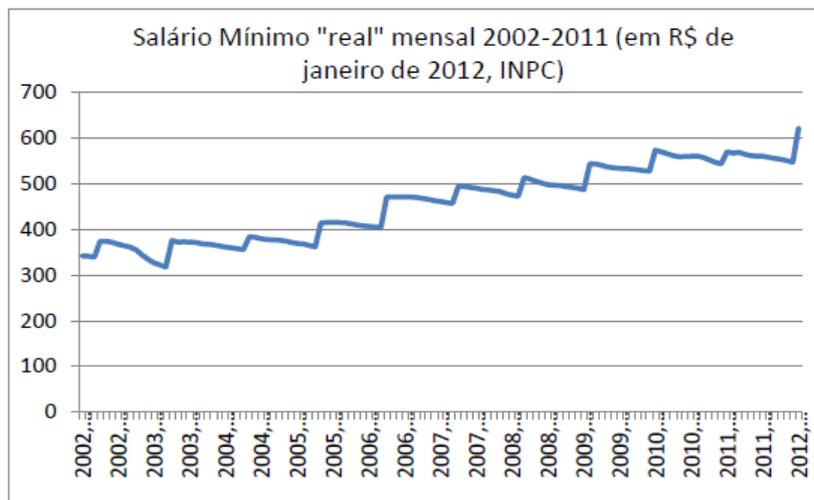
**Evolução, da taxa de desocupação nos meses de JANEIRO, de 2003 a 2012, para o conjunto das seis regiões metropolitanas abrangidas pela pesquisa.**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Mensal de Emprego.

Nos anos recentes, em virtude do crescimento da economia, do aumento dos empregos formais com carteira assinada, das políticas focalizadas de redução de pobreza e do crescimento do poder de compra do salário mínimo, o Brasil conseguiu gerar *grandes aumentos de renda* em sinergia com a *queda continuada da desigualdade* (IPEA, 2010). De fato, o elemento inovador foi a *transformação da política social em protagonista dos processos de mudança, por meio dos aumentos reais do salário mínimo, e da expansão das transferências focalizadas de renda* (IPEA, 2011). Nesta direção, as políticas governamentais convergiram para a retirada de milhões de brasileiros da pobreza extrema, apontando para a criação de um autêntico *mercado interno de consumo de massas* e para uma nova classe média – a Classe C<sup>13</sup>

**Gráfico 3.**  
Evolução do salário mínimo “real” na última década



Fonte: IPEA

<sup>13</sup> Em pesquisa recente, Neri (2011), do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas (CPS/FGV) salientou que, desde 2003 um total de 50 milhões de pessoas – com a capacidade de decidir uma eleição presidencial – foram incorporadas ao mercado consumidor. Nestas condições, nos últimos 21 meses até maio de 2011 as classes C e AB cresceram 11,1% e 12,8%, respectivamente. Neste período, 13.3 milhões de brasileiros foram incorporados às classes ABC agregando aos 36 milhões que migraram entre 2003 e 2009. Deve-se considerar também a redução significativa - desde 2003 - do contingente da população brasileira situada nas classes D e E, cujos níveis de pobreza e privação são mais tenazes. Todavia, há posicionamentos antitéticos no que tange à existência dessa nova classe média brasileira, como a do sociólogo Jessé Souza, que foge das análises economicistas/unidimensionais e quantitativas na caracterização das classes sociais. Segundo ele, não se trata de uma classe média, mas de “batalhadores”, desprovidos de capital cultural, de privilégios de nascimento e de tempo livre para a incorporação de qualquer forma de conhecimento técnico, científico ou filosófico-literário valioso, que são típicos das classes médias tradicionais. Os batalhadores, em sua esmagadora maioria, precisam começar a trabalhar cedo e estudam em escolas públicas muitas vezes de baixa qualidade. Como lhes faltam tanto o capital cultural altamente valorizado das classes médias quanto o capital econômico das classes altas, eles compensam essa falta com extraordinário esforço pessoal, dupla jornada de trabalho e aceitação de todo tipo de superexploração da mão de obra. Ademais, essa nova classe de trabalhadores, típica do novo tipo de capitalismo financeiro que logrou se globalizar, parece se constituir - com o resgate social da ralé - na questão social, econômica e política mais candente do Brasil contemporâneo (SOUZA, 2010, 2011ab). Apesar dessas visões antípodas, e do fato de que as transformações insufladas pelo capitalismo de mercado criaram condições para a conversão do *cidadão pleno* em *consumidor em potencial* – retirando da noção clássica e universal de cidadania o seu conteúdo substantivo –, foi dado um passo importante no sentido de incorporar setores sociais histórica e estruturalmente excluídos num autêntico *mercado doméstico de consumo de massas*. Trata-se de um desafio dos Estados nacionais latino-americanos e, sobretudo, do Estado brasileiro.

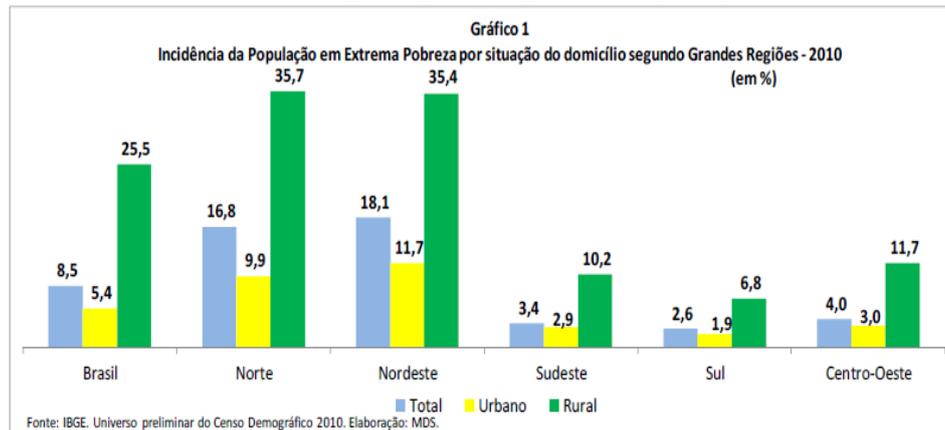
Todavia, a miséria é um flagelo que ainda persiste no Brasil. Nestas condições, diante de um cenário turbulento de *crise financeira sistêmica internacional*, o governo reforçou as políticas de proteção social e inclusão, lançando, no ano passado, um programa ambicioso de erradicação da miséria até 2014. Trata-se do *Brasil Sem Miséria*<sup>14</sup>, orientado fundamentalmente para a execução de políticas públicas setoriais tanto nas áreas rurais como nas cidades. Dado que a pobreza no Brasil constitui uma questão de natureza fundamentalmente sistêmica é imprescindível uma diversidade de políticas para debelá-la, tais como transferência de renda e acesso a serviços públicos nas seguintes áreas: educação, saúde, assistência social, saneamento básico, energia elétrica, qualificação da mão-de-obra e inclusão produtiva. Desta forma, segundo os dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), os 16,27 milhões de extremamente pobres<sup>15</sup> no país estão concentrados principalmente na região Nordeste, totalizando 9,61 milhões de pessoas (59,1%), distribuídos 56,4% no campo, enquanto outros 43,6% em áreas urbanas. Dos extremamente pobres nas áreas urbanas (8,67 milhões), pouco mais da metade da população vive no Nordeste (52,6%) e cerca de um em cada quatro na região Sudeste (24,7%). De um total de 29,83 milhões de brasileiros residentes no campo, praticamente um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%), perfazendo um total de 7,59 milhões de pessoas. As regiões Norte e Nordeste apresentam valores relativos parecidos – 35,7% e 35,4%, respectivamente – de população rural em extrema pobreza. É importante ressaltar que a pobreza no Brasil tem cor, pois as informações da população em extrema pobreza corroboram o senso comum em relação à questão de cor ou raça – a grande maioria destas pessoas (70,8%) são pardas ou pretas.

---

<sup>14</sup> Instituído pelo Decreto n. 7.492, de 2 de Junho de 2011. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm). Acesso em: 08/03/2012.

<sup>15</sup> O perfil dos extremamente pobres no Brasil é o seguinte: (1) 59% estão concentrados na Região Nordeste - 9,6 milhões de pessoas; (2) do total de brasileiros residentes no campo, um em cada quatro se encontra em extrema pobreza (25,5%); (3) 51% têm até 19 anos de idade; (4) 40% têm até 14 anos de idade; (5) 53% dos domicílios não estão ligados à rede geral de esgoto pluvial ou fossa séptica; (6) 48% dos domicílios rurais em extrema pobreza não estão ligados à rede geral de distribuição de água e não têm poço ou nascente na propriedade; (7) 71% são negros (pretos e pardos); (8) 26% são analfabetos (15 anos ou mais de idade) (IBGE, 2010).

**Gráfico 4.**  
Incidência da população em extrema pobreza por situação do domicílio  
segundo grandes regiões – 2010 (em %)



Fonte: IBGE. Universo preliminar do Censo Demográfico 2010. Elaboração: MDS.

Todavia, o que chama a atenção é a presença de indígenas, apesar de representarem, comparativamente, uma pequena parcela da população em extrema pobreza. Os indígenas totalizam 817.963 pessoas no país, sendo que 326.375 se encontram em extrema pobreza, representando praticamente quatro em cada dez indígenas (39,9%). Entre os brancos, esse percentual é de apenas 4,7%, para as pessoas que se declararam amarelas, 8,6% e entre pretos e pardos somados, 11,9% (10,0% e 12,2%, respectivamente). Ainda sobre os indígenas, convém destacar sua presença principalmente na região Centro-Oeste e Norte, residentes em áreas rurais – provavelmente em aldeias indígenas. Ademais, os dados referentes às faixas etárias apontam para a necessidade de políticas sociais voltadas para a população mais jovem, o que constitui um grande desafio para o Brasil. Entre os extremamente pobres, cerca da metade se encontra com idade até 19 anos (50,9%). (MDS, 2011). Logo abaixo, são detalhadamente descritas as principais linhas de atuação do programa *Brasil Sem Miséria* - (1) transferência de renda; (2) acesso a serviços públicos e (3) inclusão produtiva:

**Tabela 2.**

**Plano Brasil Sem Miséria**

Transferência de renda	Acesso a serviços públicos	Inclusão produtiva
<p><b>Busca Ativa:</b> ações para incluir no Cadastro Único as famílias que vivem fora da rede de proteção e promoção social. Realização de mutirões e campanhas de busca, cruzamento de cadastros, envolvimento e qualificação dos gestores públicos no atendimento a população extremamente pobre. Nos municípios com baixa cobertura será feito um esforço adicional de cadastramento de segmentos específicos da população.</p>	<p><b>Água para Todos</b> Implantar soluções que garantam o acesso à água para toda a população extremamente pobre.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• 1ª Água: atendimento de 750 mil famílias rurais com a construção de cisternas e sistemas simplificados coletivos para consumo humano;</li> <li>• 2ª Água: atendimento de 600 mil famílias rurais com água para produção;</li> <li>• Irrigação para pequenas propriedades.</li> </ul>	<p><b>Assistência técnica:</b> atuação direta junto às famílias, com acompanhamento continuado e individualizado, por equipes profissionais contratadas prioritariamente na região pelo Governo Federal. Cada grupo de mil famílias contará com um técnico de nível superior e dez técnicos de nível médio. Adoção de tecnologias apropriadas a cada família em parceria com universidades e Embrapa.</p>
<p><b>Bolsa Família:</b> Programa para famílias com renda mensal por pessoa inferior a R\$ 140. São duas faixas: Famílias com renda mensal por pessoa de até R\$ 70, consideradas extremamente pobres, recebem um benefício fixo de R\$ 70, independente de terem ou não filhos. Se tiverem filhos, elas podem receber também os benefícios variáveis. Na outra faixa, famílias com filhos e renda de até R\$ 140 têm direito apenas ao benefício variável – R\$ 32 por criança de até 15 anos na escola, limitado a cinco crianças por família, - e ao benefício variável jovem – R\$ 38 por jovem de 16 e 17 anos na escola, limitado a dois jovens por família. Para manter o benefício, deve haver frequência escolar (85% de presença das aulas para crianças e 75% para jovens) e acompanhamento em saúde de crianças (calendário de vacinas), gestantes (pré-natal) e nutrízes.</p> <p>De acordo com o <i>Programa Brasil Sem Miséria</i>, o Bolsa Família será ampliado, incluindo, até 2013, mais 800 mil famílias que têm direito, mas ainda não recebem o benefício. Para aumentar a sua eficácia no combate à extrema pobreza e proteger as crianças, o Bolsa Família será alterado, aumentando o limite dos benefícios de três para cinco filhos. Essa ampliação vai incluir no programa 1,3 milhão de crianças e adolescentes até 15 anos, cumprindo as condicionalidades do programa de mantê-las na escola e com acompanhamento de saúde.</p> <p>Atualmente, 40% da população extremamente pobre têm menos de 14 anos de idade. Em vários estados brasileiros haverá política complementar de renda a ser</p>	<p><b>Luz para Todos</b> Atendimento a 257 mil famílias extremamente pobres.</p>	<p><b>Fomento:</b> cada família receberá um fomento a fundo perdido de R\$ 2.400, pagos em parcelas durante dois anos. Até 2014 serão atendidas 250 mil famílias. Esses recursos permitirão que o agricultor pobre compre insumos e equipamentos.</p>

<p>repassada pelos governos estaduais e prefeituras, parceiros do Governo Federal no <i>Brasil Sem Miséria</i>. O cartão do Bolsa Família terá outras funções: por meio dele serão pagos outros benefícios como créditos de fomento para o meio rural, Rede Cegonha e Bolsa Verde.</p>		
	<p><b>Educação</b> <b>Brasil Alfabetizado</b> –Alfabetização de jovens, adultos e idosos, preferencialmente nas cidades onde há grande taxa de analfabetismo. Esses municípios recebem apoio técnico na implementação das ações do programa, visando garantir a continuidade dos estudos aos alfabetizando.</p> <p><b>Mais Educação</b> - Conhecido como "escola em tempo integral", oferta ações educativas nas escolas públicas por meio de atividades optativas que foram agrupadas em campos, como acompanhamento pedagógico, meio ambiente, esporte e lazer, direitos humanos, cultura e artes, cultura digital, prevenção e promoção da saúde, educação científica e educação econômica. O governo federal repassa recursos para ressarcimento de monitores, materiais de consumo e de apoio segundo as atividades. As escolas beneficiárias também recebem conjuntos de instrumentos musicais e rádio escolar, dentre outros.</p>	<p><b>Sementes:</b> oferta de sementes de qualidade da Embrapa.</p>
	<p><b>Saúde</b> <b>Unidades Básicas de Saúde</b> - Unidades construídas em municípios de extrema pobreza e que atendem até 80% dos problemas de saúde da população, sem que haja a necessidade de encaminhar o paciente ao hospital. Trata-se da porta preferencial do Sistema Único de Saúde (SUS).</p> <p><b>Brasil Sorridente</b> - Ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde bucal dos brasileiros, com implementação de Centros de Especialidades Odontológicas, equipes de saúde bucal, Unidades Odontológicas Móveis e oferta de próteses.</p> <p><b>Saúde da Família</b> - Equipes compostas por médicos, dentistas, auxiliares de enfermagem e agentes comunitários – que atendem os pacientes em suas residências e/ou nas Unidades Básicas de Saúde (UBS). Essas equipes disponibilizam ações como prevenção, tratamento e educação em saúde, reduzindo a ida dos pacientes aos hospitais e</p>	<p><b>Acesso aos Mercados:</b> Apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar, combinando compras institucionais e mercado privado.</p>

	<p>evitando internações.</p> <p><b>Olhar Brasil</b> - Identifica problemas visuais em alunos matriculados na rede pública de ensino fundamental (1º ao 9º ano) e no programa Brasil Alfabetizado (população de 15 a 59 anos), prestando assistência oftalmológica, fornecendo óculos quando necessário e incluindo na rotina assistencial e na Política de Cirurgias Eletivas os idosos não alfabetizados.</p> <p><b>Distribuição de Medicamentos</b> – Também conhecido como <i>Aqui tem Farmácia Popular</i>, oferece medicamentos gratuitos para diabetes e hipertensão e outros com desconto para asma, rinite, mal de Parkinson, osteoporose, glaucoma, contraceptivos e fraldas geriátricas.</p> <p><b>Rede Cegonha</b> – Conjunto de medidas para garantir, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), atendimento adequado, seguro e humanizado para as mulheres desde a confirmação da gravidez, passando pelo pré-natal e o parto, até os dois primeiros anos de vida do bebê. As medidas incluem assistência obstétrica (às mulheres) – com foco na gravidez, no parto e pós-parto e assistência infantil (às crianças).</p> <p><b>Saúde na Escola</b> - O objetivo de promover a saúde dos alunos brasileiros de escolas públicas. As equipes desenvolvem ações junto às escolas da sua área de cobertura, promovendo hábitos saudáveis e cultura de paz, prevenção das drogas e alcoolismo, educação sexual e diagnóstico precoce de problemas de saúde que comprometam o desempenho escolar e o desenvolvimento adequado das crianças e jovens.</p>	
	<p><b>Assistência Social e Segurança Alimentar</b></p> <p><b>CRAS</b> - O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é a unidade pública municipal da assistência social, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social. Nela, há a prestação de serviços sócio-assistenciais, como cadastramento e acompanhamento das famílias, e acesso a programas de transferência de renda, entre outros. É preferencialmente a porta de acesso aos serviços e programas de Assistência Social.</p> <p><b>CREAS</b> - O Centro de Referência Especializado da Assistência Social</p>	<p><b>Assalariados Rurais</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Fomentar acordos tripartites (Estado, trabalhadores rurais e empregadores) nas cadeias produtivas que empregam mais mão-de-obra no meio rural, garantindo a melhoria das condições de trabalho, o estímulo à formalização, ampliação da qualificação profissional e dos níveis de escolaridade.</li> <li>• Fiscalização das condições de trabalho.</li> </ul>

	<p>(CREAS) é a unidade pública e estatal da assistência social que coordena e oferta serviços especializados e continuados a famílias e indivíduos com direitos violados. Podem ter abrangência municipal ou regional, proteção a adolescentes em cumprimento de medida sócio-educativa e atendimento a idosos, pessoas com deficiência, famílias e indivíduos que tenham sofrido violência física, psicológica, sexual (abuso e/ou exploração sexual), indivíduos egressos de situação de tráfico de pessoas, em situação de rua e mendicância ou abandono, trabalho infantil ou outras formas de violação de direitos.</p> <p><b>Banco de Alimentos</b> - Unidades de abastecimento e combate ao desperdício que integram a rede de equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional do governo federal. Auxiliam na distribuição de alimentos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), atuando também na doação a entidades sócio-assistenciais do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).</p> <p><b>Cozinhas Comunitárias</b> – Unidades que produzem e comercializam refeições saudáveis e balanceadas, com produtos regionais, vendidas a preços acessíveis e servidas em locais apropriados e confortáveis. Devem produzir no mínimo 100 refeições por dia e funcionar no mínimo cinco dias por semana, em bairros populosos das periferias urbanas ou nas áreas centrais de pequenas cidades. Preferencialmente, utilizam produtos do PAA e do Banco de Alimentos.</p>	
		<p><b>Acesso aos Mercados</b>          Apoio a comercialização de produtos da agricultura familiar, combinando compras institucionais e mercado privado.</p> <p><b>Mercados públicos e institucionais</b>          - Ampliar o PAA, de 156 mil para 445 mil famílias de agricultores familiares, até 2014. De 66 mil famílias extremamente pobres, para 255 mil. Ampliar compras de instituições públicas e filantrópicas - hospitais federais, universidades, presídios e creches.</p> <p><b>Mercados privados</b> - Aquisição de produtos da agricultura familiar pela rede privada: supermercados,</p>

		empresas e restaurantes.
		<p><b>Bolsa Verde</b> Transferência de recursos financeiros a famílias do programa Bolsa Família em situação de extrema pobreza para a conservação de ativos ambientais. Pagamento trimestral de R\$ 300,00.</p> <p><b>Público elegível:</b> Famílias em situação de pobreza extrema que vivam ou trabalhem em:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Florestas nacionais, reservas extrativistas e de desenvolvimento sustentável federais;</li> <li>• Projetos de assentamentos ambientalmente diferenciados.</li> </ul>
		<p><b>Qualificação Sócio-profissional</b> • Oferta de mais de 200 tipos de cursos por meio das escolas técnicas, pelo Sistema S e outras redes. Os cursos são certificados, gratuitos e o aluno recebe material pedagógico, lanche e transporte. • Cursos sintonizados com a vocação econômica de cada região.</p>
		<p><b>Intermediação Pública de Mão-de-obra</b> Colocação de trabalhadores por meio de vagas captadas junto às empresas. Esse trabalho será realizado a partir do Mapa de Oportunidades em cada município. Serão selecionados prioritariamente os beneficiários do Bolsa Família com idade entre 18 e 65 anos.</p>
		<p><b>Economia Popular e Solidária</b> Apoio à formação e divulgação de redes de empreendimentos solidários, de atividades empreendedoras coletivas, micro e pequenas empresas e constituição de incubadoras para geração de ocupação e renda.</p>
		<p><b>Microempreendedor Individual</b> Promoção da formalização de pequenos negócios de trabalhadores que atuavam por conta própria, junto às áreas tributária e previdenciária.</p>
		<p><b>Apoio à Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis:</b> apoio às prefeituras na implantação de programas de coleta seletiva. Com isso, além de beneficiar o meio ambiente, pretende-se fortalecer as cooperativas de catadores já existentes e abrir milhares de vagas nesse setor.</p>

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), 2012.

No que tange aos gastos com assistência e previdência social, os benefícios associados à Lei Orgânica da Assistência Social/Renda Mensal Vitalícia (LOAS/RMV) e ao Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) praticamente dobraram na última década<sup>16</sup>. Estimativas preliminares apontam que em 2011 as transferências públicas de assistência e previdência e subsídios (TAPS) atingiram o patamar de 14,9 % do PIB, aproximando-se, portanto, do recorde de 15,2% do PIB verificado em 2009. O crescimento das despesas com os benefícios da LOAS/RMV em relação ao PIB decorre do seguinte fato: enquanto o salário mínimo e o número de benefícios cresceram, respectivamente, 57% e 64% entre 2002 e 2011 (de modo que o produto destas grandezas cresceu 156%), o PIB cresceu apenas 41% no mesmo período afetando, deste modo, a relação existente entre estas variáveis. Quanto à evolução dos valores financeiros e das quantidades do Seguro-Desemprego e abono salarial nos anos de 2000 a 2009 (pois os dados de 2010 e 2011 não estão disponíveis na internet), observa-se um crescimento expressivo dos dois benefícios no período. Os valores financeiros dos mesmos apresentaram aumentos muito superiores a 100%, o mesmo acontecendo com a quantidade dos benefícios referentes ao abono salarial. Não surpreende, assim, o crescimento das despesas dos benefícios do FAT em % do PIB (IPEA, 2012).

Entretanto, se no plano das políticas de emprego e de proteção social a tendência seja relativamente positiva, dados recentes tem apontado os impactos da crise sobre a produção industrial com perda de dinamismo atrelado a um processo de desindustrialização precoce da economia brasileira (IEDI, 2012)<sup>17</sup>. Neste contexto, segundo dados recentes do IBGE (2012),

---

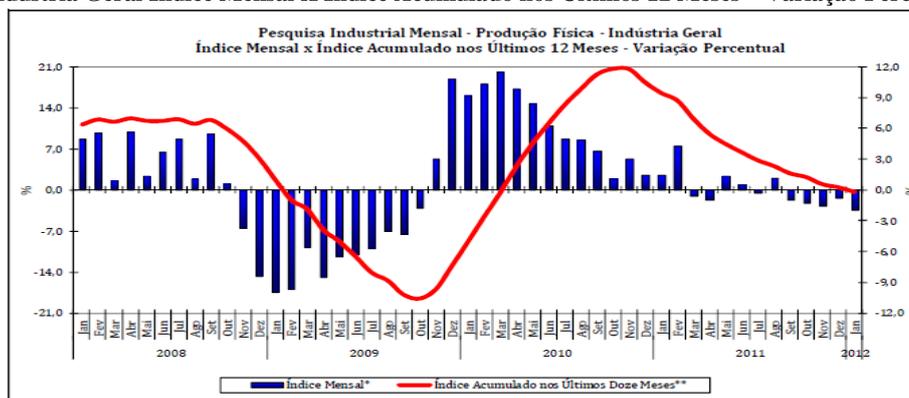
<sup>16</sup> O FAT foi instituído pela Lei 7.998/1990, sendo vinculado ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e destinado ao custeio do programa Seguro-Desemprego e ao pagamento do abono salarial, além do financiamento de programas de desenvolvimento econômico a cargo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). O FAT é gerido pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT), órgão composto por representações de trabalhadores, empregadores e órgãos e entidades governamentais (Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência Social, BNDES, entre outros). O programa Seguro-Desemprego tem como principais finalidades: a) a assistência financeira temporária ao trabalhador dispensado sem justa causa que cumpra uma série de condições; e b) a promoção de ações integradas de orientação, recolocação e qualificação profissional. O valor do benefício pago ao trabalhador é apurado pela média dos salários dos últimos três meses anteriores a sua dispensa e não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo vigente. Já o abono salarial consiste no pagamento de um salário mínimo adicional no ano aos trabalhadores que tenham recebido até dois salários mínimos médios de remuneração mensal no período trabalhado, tendo exercido atividade remunerada pelo menos durante trinta dias no ano-base, e que estejam cadastrados no Programa de Integração Social/Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) há pelo menos cinco anos (IPEA, 2012).

<sup>17</sup> Na avaliação do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, dois argumentos adicionais podem ajudar a explicar a estagnação da produtividade industrial em 2011, além dos fatores conjunturais mencionados - esgotamento da retomada do crescimento de 2010 e contração da demanda doméstica em 2011. De um lado, há um componente demográfico, de observação recente, associado à tendência de menor crescimento da população em idade ativa, devido à queda da taxa de natalidade. Assim, pode-se observar taxas de desemprego relativamente baixas com baixo dinamismo econômico, enquanto expectativas não se deterioraram de forma mais acentuada. A escassez relativa de mão-de-obra também contribui para pressionar por aumento de salários, que em um contexto de produtividade estagnada ou declinante pressiona o custo das empresas, diminuindo sua competitividade. O segundo fator estrutural a pressionar a produtividade industrial é a tendência à sobrevalorização do câmbio que se observa desde a segunda metade dos anos 1990, e de forma mais acentuada a partir de meados dos anos 2000 a partir do boom no preço das commodities. A contribuição negativa do câmbio tendencialmente sobrevalorizado para a produtividade industrial se dá pelo fato de tornar menos competitiva a produção doméstica, estimulando a penetração de importações industriais, principalmente de produtos chineses. Além disso, o câmbio sobrevalorizado coloca uma barreira às exportações,

em janeiro de 2012, a produção industrial registrou queda de 2,1%, em relação a dezembro de 2011, na série livre de influências sazonais, após apontar taxas ligeiramente positivas em novembro (0,1%) e em dezembro (0,5%). A queda atingiu 14 dos 27 ramos investigados. No confronto com janeiro de 2011, a atividade fabril apontou redução de 3,4%, quinto resultado negativo consecutivo nesse tipo de confronto. A taxa anualizada, índice acumulado nos últimos doze meses, em trajetória descendente desde outubro de 2010 (11,8%), assinalou em janeiro de 2012 (-0,2%) o primeiro resultado negativo desde março de 2010 (-0,3%). Ainda na série com ajuste sazonal, na evolução do índice de média móvel trimestral, o total da indústria mostrou queda de 0,5% em janeiro de 2012 frente ao patamar de dezembro de 2011 e permaneceu com o comportamento predominantemente negativo observado desde maio de 2011.

A queda de 2,1% da atividade industrial na passagem de dezembro de 2011 para janeiro de 2012 foi explicada em grande parte pelo recuo na produção de 14 dos 27 ramos investigados, com destaque para o impacto negativo vindo de veículos automotores (-30,7%), pressionado principalmente pela concessão de férias coletivas que atingiu várias empresas do setor. Vale ressaltar que essa atividade, após recuar 13,0%, em setembro de 2011, também influenciada pelas paralisações por conta de férias coletivas em várias empresas, apontou expansão por três meses consecutivos, acumulando nesse período avanço de 11,4%. Ademais, somente o setor de bens de consumo semi e não duráveis registrou expansão em janeiro (IBGE, 2012).

**Gráfico 5.**  
**Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física –**  
**Indústria Geral Índice Mensal X Índice Acumulado nos Últimos 12 Meses – Variação Percentual**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Indústria.

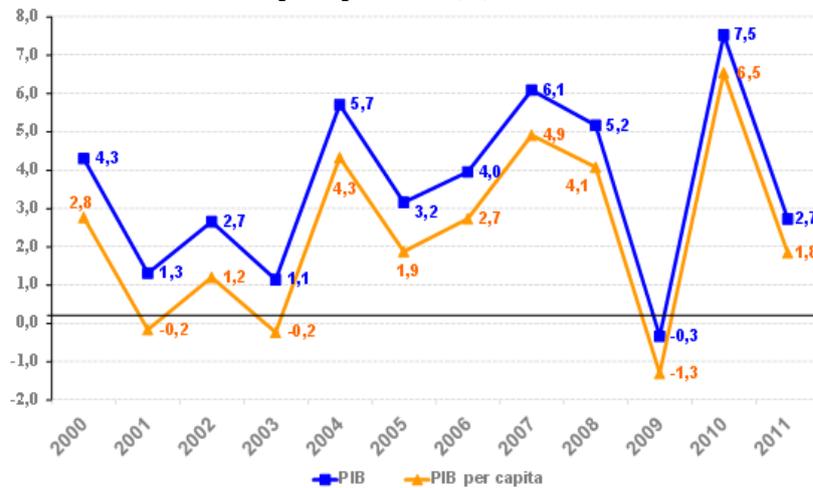
\* Base: Igual mês do ano anterior. \*\*Base: Últimos doze meses anteriores

mesmo de setores eficientes do ponto de vista microeconômico. A combinação de salários relativamente mais elevados com taxa de câmbio valorizada direciona a demanda crescente de bens de consumo para importações, desestimulando a produção doméstica, em particular de produtos industriais. O setor da indústria de transformação é o que tem sido mais penalizado pela tendência a sobrevalorização da moeda, e, neste contexto, a perda de dinamismo da produtividade industrial está em grande medida associada a um processo de desindustrialização precoce da economia brasileira. Este processo traz conseqüências negativas para a expansão da produtividade da economia como um todo, tendo em vista que é no setor manufatureiro onde se observa economias de escala crescentes, com impactos positivos sobre demais setores de atividade (IEDI, 2012).

No que se refere às riquezas produzidas no país durante o ano de 2011 em relação a 2010, o PIB aumentou 2,7%, fruto do crescimento de 2,5% no valor adicionado e 4,3% nos impostos. Nessa comparação, a agropecuária (3,9%), os serviços (2,7%) e a indústria (1,6%) cresceram. Assim, segundo as informações das Contas Nacionais Trimestrais, em 2011, o PIB em valores correntes alcançou R\$ 4,143 trilhões. O PIB per capita ficou em R\$ 21.252, apresentando uma alta de 1,8%, em volume, em relação a 2010. O PIB cresceu 0,3% na comparação do quarto trimestre contra o terceiro trimestre de 2011, na série com ajuste sazonal, sendo que as variações por atividade econômica foram: agropecuária, 0,9%; serviços, 0,6% e indústria, -0,5%.

Na comparação do quarto trimestre de 2011 com o quarto trimestre de 2010, o PIB cresceu 1,4%. Dentre as atividades que contribuem para a geração do Valor Adicionado a Preços Básicos, destaca-se o crescimento da Agropecuária (8,4%). O valor adicionado de Serviços cresceu 1,4%. Já a Indústria, que nesta base de comparação vem apresentando trajetória de desaceleração desde o segundo trimestre de 2010, teve variação negativa de -0,4%. A taxa da agropecuária (8,4%) pode ser explicada pelo aumento da produtividade e pelo desempenho de alguns produtos da lavoura que possuem safra relevante no trimestre, como por exemplo, fumo (22,0%), mandioca (7,3%), feijão (10,9%) e laranja (2,8%), e pelo crescimento na produtividade, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola - LSPA. Entre os serviços (1,4%), todas as atividades que o compõem registraram variações positivas, com destaque para os Serviços de informação (4,6%). As demais variações foram: Intermediação financeira e seguros (1,5%); Administração, saúde e educação pública (1,5%); Transporte, armazenagem e correio (que engloba transporte de carga e passageiros, 1,4%); Comércio (atacadista e varejista, 1,3%); Serviços imobiliários e aluguel (1,3%) e Outros serviços (0,7%). A variação negativa da indústria (-0,4%) foi puxada pela queda de -3,1% na Indústria de transformação. As demais atividades industriais apresentaram crescimento: Extrativa mineral (3,8%), Construção civil (3,1%) e Eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana (3,0%). O resultado da Indústria da transformação foi influenciado, principalmente, pela redução da produção de têxteis, artigos do vestuário, calçados e máquinas e equipamentos.

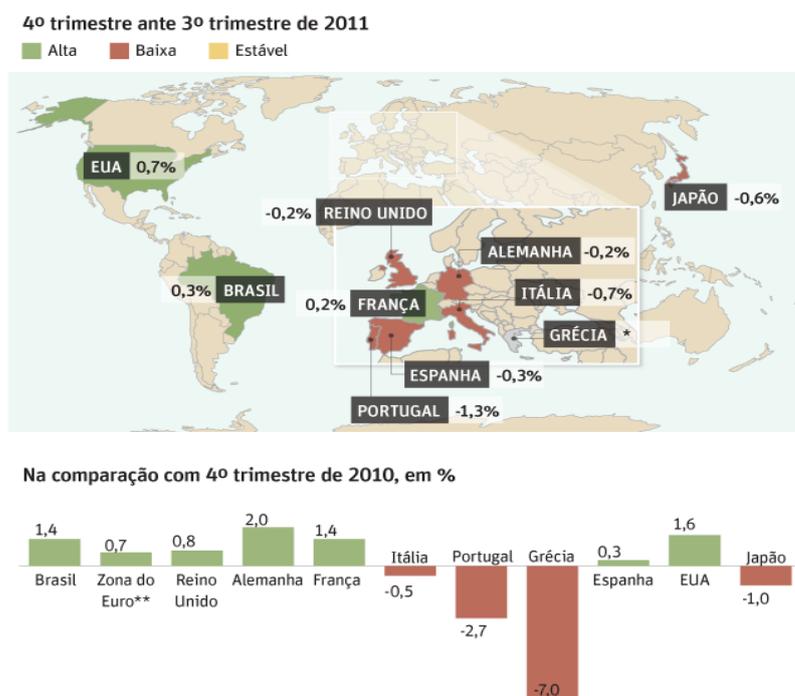
**Gráfico 6.**  
**PIB e PIB per capita. Taxa (%) de crescimento anual**



Fonte: IBGE

Apesar do fraco desempenho do PIB, que cresceu somente 2,5% em 2011, se comparado ao de 2010, cujo crescimento foi de 7,5%, o Brasil conseguiu superar os países tradicionalmente ricos – e em crise – como os EUA, Japão, França e Reino Unido. Isto sem contar os países que estão na recessão técnica, em virtude do crescimento negativo por dois trimestres consecutivos. São eles: Portugal, Grécia, Itália, Holanda, Bélgica e República Tcheca. Nesta direção, o menor crescimento brasileiro pode ser atribuído ao agravamento da crise européia e a lenta recuperação dos EUA, que alteram o cenário econômico mundial e entram a retomada global do crescimento. O PIB da União Européia se contraiu em 0,3% nos últimos três meses de 2011 (resultado idêntico ao do bloco dos países que usam o euro), ressaltando as dificuldades enfrentadas pelos países para *conciliar crescimento com os cortes nos gastos públicos*. Neste sentido, o crescimento de 2011 da zona do euro foi de 1,4%. Ademais, as autoridades chinesas têm a expectativa de que o PIB avance 7,5% em 2012, abaixo da meta estipulada para anos anteriores, que era de 8%. Em 2011, a economia chinesa cresceu 9,2% (FOLHA DE SÃO PAULO, 2012b).

**Gráfico 7.**  
**Variação do PIB em diferentes países do mundo**



Fonte: Folha de São Paulo, 2012.

#### 4. A governança social-democrata como uma das alternativas do Brasil à crise financeira sistêmica do capitalismo globalizado

Para além da retomada do *planejamento nacional para o desenvolvimento*, do restabelecimento do *poder infra-estrutural* do Estado e de um papel mais assertivo atribuído a este na promoção de políticas públicas inclusivas, neste cenário turbulento de *crise sistêmica do capitalismo global*, pode-se dizer que há um experimento social-democrata<sup>18</sup> em gestação no

<sup>18</sup> O complexo debate acerca das origens da social-democracia - que nos fornece subsídios tanto teóricos como analíticos para pensarmos a relação das agremiações políticas de esquerda contemporâneas com a economia global, como é o caso do próprio Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil - tem seu ponto de partida no questionamento acerca de qual instituição deve prover a alocação e distribuição de recursos na sociedade capitalista. O *mercado*, onde os bens e serviços produzidos são apropriados privadamente e/ou a *democracia*, na qual a política é usada como instrumento *sine qua non* de decisão? Nestas condições, os partidos socialistas, que outrora defendiam a adoção do viés revolucionário para suprimir o Estado burguês e instituir a sociedade socialista pensam nas seguintes questões: Deve-se recorrer ou não às instituições representativas como instrumento de luta dos trabalhadores? Seria o voto uma arma eficiente para a classe trabalhadora? Os trabalhadores, contudo, percebem que - via política, partidos e sindicatos - podem influenciar coletivamente na alocação de recursos na sociedade capitalista. Outrossim, imbuído da noção de um "road to power", Esping-Andersen (1985) assevera que a social-democracia distinguiu-se pela decisão de subordinar a pureza de classe à lógica da política da maioria das instituições parlamentares, liberais e representativas. A organização mudou do "partido da classe trabalhadora" para o "partido do povo"; sua plataforma preocupou-se em resolver os "interesses nacionais" em vez de contemplar exclusivamente a "causa proletária". Assim, as agremiações partidárias de esquerda examinam duas teses principais: (1) no processo de competição eleitoral, os partidos socialistas são forçados a solapar a organização dos trabalhadores como classe, e (2) compromissos entre trabalhadores e capitalistas acerca de questões econômicas são possíveis sob o capitalismo e, por vezes, preferidos pelos trabalhadores a estratégias mais radicais. Neste contexto, após a II Guerra Mundial, os

Brasil. Evidentemente que as condições estruturais e institucionais da América Latina contemporânea apresentam pouca semelhança àquelas que deram origem à social-democracia clássica da Europa Ocidental. Em primeiro lugar, a industrialização dependente e atrasada na América Latina nunca criou um setor manufatureiro tão amplo e economicamente vital como aquele vigente na maioria dos países da Europa Ocidental onde a social-democracia prosperou. Uma segunda e intimamente relacionada condição estrutural é o caráter fragmentado, informal, volátil e precarizado do mercado de trabalho na América Latina, sobretudo no Brasil, ainda que em um ritmo menor atualmente. Assim, ao trabalhar para reduzir as desigualdades e expandir os direitos de cidadania social dentro das *restrições institucionais da democracia representativa* e das *limitações estruturais da economia de mercado*, a esquerda latino-americana, e particularmente a brasileira, está jogando no terreno da social-democracia, cuja essência, por seu turno, é a *reforma democrática do capitalismo no interesse da justiça social ou equidade*. Os contornos desse terreno, contudo, são marcadamente distintos daquele que gerou os casos clássicos de social-democracia no norte da Europa, cabendo salientar que qualquer trajetória para a social-democracia na América Latina irá percorrer uma rota diversa e culminar em um destino diferente (ROBERTS, 2008).

Nestas condições, e tendo em vista a busca, pelo Brasil, de uma inserção soberana na ordem global aliada às restrições institucionais da democracia parlamentar e aos constrangimentos estruturais da economia de mercado, autores relevantes como Garret (1998) contestam a sabedoria convencional de que a globalização da economia (1) minou as distinções entre os partidos de esquerda e de direita; (2) constrangeu a capacidade dos governos dos Estados nacionais para conceber, formular e executar políticas públicas. É certo que a globalização, a internacionalização e, portanto, as crises, aumentam a *exposição dos Estados nacionais ao risco externo* e a insegurança em razão da volatilidade dos salários, do emprego e dos investimentos (RODRIK, 1997, 2010; KEOHANE e MILNER, 1996; IVERSEN, 2005), o que contribui para potencializar a *mercantilização* das classes trabalhadoras. Todavia, para além de constranger, a globalização e a internacionalização da economia podem permitir aos governos perseguir seus objetivos políticos, recuperar suas capacidades estatais, aumentar o gasto público e os impostos visando alavancar a *produtividade do trabalho* e, portanto, investir na *formação de capital humano* (BOIX, 1998; CAMERON, 1984; WEISS, 2003). Deste modo, tudo isto gera um caldo de cultura para a efetivação de uma política contrária em momentos adversos de crise. Assim, a clientela para um governo que se opõe à supremacia das forças de

---

partidos socialistas completam o abandono dos princípios que nortearam a fundação de tais organizações, princípios que negavam a validade normativa da democracia representativa: (1) o caráter revolucionário da tomada de poder pelo proletariado; (2) o caráter uniclassista do partido; e (3) a coletivização dos meios de produção (SANTOS, 2009).

mercado está formada. Isto significa dizer que a globalização constitui um incentivador para a ação planejada do Estado. A despeito das limitações que impõe, a globalização gera férteis e novos terrenos para a formatação de uma agenda social-democrata. Nesta direção, são necessárias condições políticas e societais como a presença de um partido de esquerda e um arranjo corporativo que articule os interesses do capital e do trabalho, o que pode ser denominado uma espécie de *corporativismo social-democrata globalizado*. Essa engenharia institucional e societal – ainda que muito recente e, portanto, passível de análises mais pormenorizadas - pode ser precipuamente aplicada ao caso brasileiro contemporâneo, tendo em vista um conjunto de políticas públicas orientadas para a *desmercantilização* da força de trabalho das populações mais pobres e para o investimento na formação de *capital humano*. Em suma, revestido de uma faceta social-democrata e globalizada, e a partir da primazia institucional do Poder Executivo, o modelo de governança em curso no Brasil tem concebido a globalização e a crise financeira sistêmica internacional como uma oportunidade para a *concretização* de uma verdadeira agenda social-democrata: (1) distribuir renda; (2) reduzir as desigualdades, e (3) incluir os mais pobres.

Apesar da forte persistência do legado neoliberal, como é o caso da aquiescência à ortodoxia fiscal – no âmbito da política macroeconômica - e das medidas focalizadas de redução de pobreza – na órbita da política social -, tal arcabouço institucional aspira à inserção social de vastos setores populares no *mercado interno de consumo de massas*, no bojo de uma ordem liberal, capitalista e democrática. Trata-se de uma política radicalmente distinta (e distante) do modelo clássico de cidadania assentado na provisão de direitos sociais universais. Ademais, está circunscrita a uma conjuntura de limitação das prerrogativas soberanas do Estado nacional sobre a concretização da política doméstica em razão das crises internacionais. Todavia, vem caminhando no sentido de garantir direitos elementares. Tal *corporativismo social-democrata globalizado* enquanto Poder Executivo constitui um Estado orquestrador, aglutinador e agregador, uma vez que empreende esforços para garantir uma relativa sinergia e promover a fusão de interesses antitéticos (como os do capital e do trabalho) para a *materialização de um programa nacional de desenvolvimento*. Essa é a democracia estruturalmente desigual que vem, todavia, a partir da ação pública e deliberada, tornar mais equânime as condições de vida de sua população diante da voracidade de uma *crise financeira sistêmica do capitalismo global*.

##### **5. Palavras finais: governabilidade democrática e crise no Brasil contemporâneo**

Este trabalho teve por objetivo analisar as respostas políticas do Brasil à crise financeira sistêmica do capitalismo global. Um crise que teve a sua gênese nos países ricos, e cujos países em desenvolvimento não são os principais culpados; todavia, sofrem os seus efeitos perversos e

deletérios, pois as perdas são socializadas. Apesar da significativa retração industrial e da queda do crescimento do PIB, o Brasil conseguiu superar os EUA, Japão, França e Reino Unido e foi alçado à condição de 6º economia mundial, contribuindo, tal como a China, para a emergência de uma *variedade de capitalismo de Estado*, cujas empresas competem em iguais ou melhores condições com as grandes corporações transnacionais privadas em busca de mercados. Neste contexto, ainda que a temática do planejamento esteja fundamentalmente circunscrita à gestão orçamentária, à ortodoxia fiscal, à estabilidade macroeconômica e à preocupação basilar com o controle dos gastos públicos, tornando o horizonte temporal do planejamento limitado, fragmentado e efêmero, o Brasil vem retomando as *capacidades estratégicas de planejamento para o desenvolvimento*. Está em curso um projeto nacional de longo prazo para a formatação e implementação de um escopo substantivo de políticas públicas que privilegiam a *questão social*, por muito tempo negligenciada pelas elites estatais modernizantes. As provas empíricas desse fenômeno são a *retração do desemprego*, e o *aumento do emprego formal* atrelado ao *crescimento do rendimento do trabalho* e à *queda da desigualdade*. Isso difere substancialmente do desemprego em massa, da corrosão do tecido social e da perda de legitimidade das instituições democráticas vigentes na Europa. À proporção que a pobreza e a desigualdade são reduzidas no Brasil, estas aumentam de forma alarmante no chamado Primeiro Mundo. Ademais, no caso do Brasil, argumenta-se que a continuidade de trajetória no tocante ao papel do Estado tem gerado a acumulação de capacidades no plano da burocracia pública em termos da definição de políticas e capacidade de implementação. A associação de capacidades estatais e reforço da democracia favorece a produção de resultados mais consensuais, e geração de credibilidade no sistema internacional, com impacto positivo sobre o nível de investimentos estrangeiros no país (BOSCHI, 2012).

Outro elemento de igual relevância diz respeito à governança social democrata vigente no Brasil, em razão da emergência de um partido de base operária, radical e revolucionária, que passa a operar dentro das regras de competição eleitoral para a consecução de reformas sociais e democráticas. Em síntese, diante da aquiescência às instituições parlamentares e representativas, das limitações estruturais da economia de mercado global e de uma crise financeira sistêmica devastadora, busca-se investir na formação de *capital humano*, *desmercantilizar* a força de trabalho dos mais pobres e *erradicar a miséria* do Brasil.

### Referências bibliográficas

- ABRANCHES, Sérgio. (1988), “Presidencialismo de Coalizão: O Dilema Institucional Brasileiro”. *DADOS: Revista de Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: IUPERJ, v. 31, n. 1, pp. 5-33.
- AMABLE, Bruno. (2011) “Morals and Politics in the ideology of neoliberalism”. In: *Socio-Economic Review*, v. 9, n. 1.

- BECKER, Uwe. (2007). Open systemness, contested reference frames and change. *Socio-Economic Review*, v. 5, p. 261-286.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Open Varieties of Capitalism: Continuity, Change and Performances*. Palgrave Macmillan.
- BOIX, Carles. (1998). *Political parties, growth and equality: conservative and social democratic economic strategies in the world economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- BOSCHI, Renato. R. (2012). Brasil: bases estructurales e institucionales para un modelo de desarrollo y una inserción internacional auto-sostenida. *Ponencia presentada en la Conferencia Internacional: América Latina ante la salida o la prolongación de la crisis global. Sus relaciones económicas y geopolíticas ante EEUU, Europa y China*. El Colegio de México: México D.F, 28-29 de febrero.
- \_\_\_\_\_. (2011). “Instituições, Trajetórias e Desenvolvimento: Uma Discussão a Partir da América Latina” IN Boschi, Renato R.(org) *Variedades de Capitalismo, Política e Desenvolvimento na América Latina*. Belo Horizonte, Ed. UFMG.
- \_\_\_\_\_. (2010) Políticas de Desenvolvimento no Brasil: continuidades, crise e incertezas. *Trabalho apresentado no VII Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política (ABCP)*. Recife: Agosto.
- \_\_\_\_\_. (2009). Elites parlamentares e a agenda pós-neoliberal: Brasil e Chile. In: ANASTASIA, F. (Org.). *Elites Parlamentares na América Latina*. Belo Horizonte: Argumentum.
- \_\_\_\_\_. e GAITÁN, F. (2008). Gobiernos Progresistas, Agendas Neodesarrollistas y Capacidades Estatales: La Experiencia Reciente en Argentina, Brasil y Chile. In: LIMA, M. R. S. de. (Org). *Desempenho de Governos Progressistas no Cone Sul: agendas alternativas ao neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Edições IUPERJ.
- \_\_\_\_\_. e LIMA, M. R. S. de. (2002). O Executivo e a Construção do Estado no Brasil: Do Desmonte da Era Vargas ao Novo Intervencionismo Regulatório. In: WERNECK VIANNA, L. (Org.). *A Democracia e os Três Poderes no Brasil*. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ.
- \_\_\_\_\_. e DINIZ, Eli. (1991) O Corporativismo na construção do espaço público. In: Renato R. Boschi (Org.) *Corporativismo e desigualdade: a construção do espaço público no Brasil*. Rio de Janeiro: Rio Fundo Ed.,: IUPERJ.
- BRESSER-PEREIRA, L. C. (2005). Proposta de Desenvolvimento para o Brasil. In: SICSÚ, J.; PAULA, L. F. de e MICHEL, R. (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- \_\_\_\_\_. (2007). Novo-Desenvolvimentismo e Ortodoxia Convencional. In: DINIZ, E. (Org.). *Globalização, Estado e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- \_\_\_\_\_. (2009). *Globalização e competição: por que alguns países emergentes têm sucesso e outros não*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- \_\_\_\_\_. (2009b) From Old to New Developmentalism in Latin America. In: OCAMPO, J.A. (Ed). *Handbook of Latin America Economics*. Oxford University Press. Disponível em: <http://www.bresserpereira.org.br/view.asp?cod=3436>. Acesso em: 29/10/2011
- CAMERON, David. R. (1984). Social Democracy, Corporatism, Labour Quiescence and the Representation of Economic Interest in Advanced Capitalist Society. In: GOLDTHORPE, J. (Ed.). *Order and Conflict in Contemporary Capitalism*. Oxford: Clarendon Press, p. 143- 78.
- \_\_\_\_\_. CARDOSO Jr. José. C. (2010). Planejamento Governamental e Gestão Pública no Brasil: Elementos para Ressignificar o Debate e Capacitar o Estado. In: Eduardo Costa Pinto, José Celso Cardoso Jr. e Paulo de Tarso Linhares (Orgs.). *Estado, Instituições e Democracia: desenvolvimento*. Brasília: IPEA. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro\\_estadoinstituicoes\\_vol3.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2010/Livro_estadoinstituicoes_vol3.pdf). Acesso em: 26/02/2012.

- CHANG, Há-Joon. (2004). *Chutando a Escada: A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*. São Paulo: UNESP.
- \_\_\_\_\_. (2003). *Globalisation, Economic Development and the Role of the State*. London, New York, Penang: TWN/Zed Books Ltd.
- DINIZ, Eli. (1992), “Neoliberalismo e corporativismo: as duas faces do capitalismo industrial no Brasil”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n. 20, ano 7. Disponível em: [http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs\\_00\\_20/rbcs20\\_05.htm](http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_20/rbcs20_05.htm). Acesso em: 10/03/2012.
- ESPING ANDERSEN, Gosta. (1985). *Politics against markets: the social democratic road to power*. Princeton: Princeton University Press.
- EVANS, Peter. (2009). From Situations of Dependency to Globalized Social Democracy. *Studies in Comparative International Development*, vol. 44, n. 4, p. 318-336. Disponível em: <http://www.springerlink.com/content/e55416815v411126/fulltext.pdf>. Acesso em: 09/05/2011.
- \_\_\_\_\_. (2008). In Search of the 21st Century Developmental State. The Centre for Global Political Economy. University of Sussex, *Working Paper*, n. 4, p.1-22. Disponível em: [http://www.sussex.ac.uk/cgpe/documents/cgpe\\_wp04\\_peter\\_evans.pdf](http://www.sussex.ac.uk/cgpe/documents/cgpe_wp04_peter_evans.pdf). Acesso em: 25/07/2011.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2012a). *Relator do Orçamento 2012 diz que corte não surpreende; ouça*. São Paulo, 16/02/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/multimedia/podcasts/1049544-relator-do-orcamento-2012-diz-que-corte-nao-surpreende-ouca.shtml>. Acesso em: 08/03/2012.
- FOLHA DE SÃO PAULO (2012b). *Mesmo desacelerando, crescimento do PIB brasileiro fica acima de países ricos*. São Paulo, 06/03/2012. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/1057730-mesmo-desacelerando-crescimento-do-pib-brasileiro-fica-acima-de-paises-ricos.shtml>. Acesso em: 07/03/2012.
- GARRETT, Geoffrey. (1998). *Partisan politics in the global economy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HALL, Peter e DAVID, Soskice. (2001). *Varieties of Capitalism: The Institutional Foundations of Comparative Advantage*. Oxford: Oxford University Press.
- HARVEY, David. (1993) *A Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural*. São Paulo: Loyola.
- HIRST, Monica. (2009). A presença do Brasil nos novos tempos da agenda interamericana. *Análise de Conjuntura*, OPSA, n. 5, Maio. Disponível em: [http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/62\\_analises\\_AC\\_n\\_05\\_mai\\_09.pdf](http://observatorio.iesp.uerj.br/pdfs/62_analises_AC_n_05_mai_09.pdf). Acesso em: 06/07/2011.
- \_\_\_\_\_.; LIMA, M. R. S. de e PINHEIRO, L. (2010). A Política Externa Brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Análise de Conjuntura*, OPSA, n. 12, Dezembro. Disponível em: [http://www.opsa.com.br/pdfs/81\\_analises\\_AC\\_n\\_12\\_dez\\_2010.pdf](http://www.opsa.com.br/pdfs/81_analises_AC_n_12_dez_2010.pdf). Acesso em: 23/08/2011.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. (2012). *Pesquisa Mensal de Emprego*, Janeiro. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme\\_nova/pme\\_201201pubCompleta.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/pme_201201pubCompleta.pdf). Acesso em: 11/03/2012.
- \_\_\_\_\_. (2012). *Pesquisa Mensal Industrial/Produção Física*, Janeiro. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br\\_201201caderno.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimpfbr/pim-pf-br_201201caderno.pdf). Acesso em: 08/03/2012
- \_\_\_\_\_. (2011). *Indicadores IBGE / Contas Nacionais Trimestrais / Indicadores de Volume e Valores Correntes*, Outubro / Dezembro. Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val\\_201104caderno.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/pib/pib-vol-val_201104caderno.pdf). Acesso em: 08/03/2012.

- INSTITUTO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL – IEDI (2012). *Carta IEDI, n. 509 – a Estagnação da Produtividade Industrial em 2011*. Disponível em: [http://www.iedi.org.br/cartas/carta\\_iedi\\_n\\_509\\_a\\_estagnacao\\_da\\_produtividade\\_industrial\\_e\\_m\\_2011.html](http://www.iedi.org.br/cartas/carta_iedi_n_509_a_estagnacao_da_produtividade_industrial_e_m_2011.html). Acesso em: 08/03/2012.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. (2012). A dinâmica recente das transferências públicas de assistência e previdência social. In: *Comunicados do IPEA*, n. 138, 8 de março. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120308\\_comunicadoipea138.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120308_comunicadoipea138.pdf). Acesso em: 11/03/2012.
- \_\_\_\_\_. (2010) PNAD 2009 – Primeiras Análises: Distribuição de Renda entre 1995 e 2009. In: *Comunicados do IPEA*, n. 63. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 13/08/2011.
- \_\_\_\_\_. (2011) Mudanças Recentes na Pobreza Brasileira. In: *Comunicados do IPEA*, n. 111, 15 de Setembro. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915\\_comunicadoipea111.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/110915_comunicadoipea111.pdf). Acesso em: 11/10/2011.
- IVERSEN, Torben. (2005). *Capitalism, Democracy and Welfare*. Cambridge University Press
- KEOHANE, Robert. e MILNER, H. (1996). *Internalization and Domestic Politics*. Nova York: Cambridge University Press.
- KOHLI, Atul. (2009) Nationalist Versus Dependent Capitalist Development: Alternate Pathways of Asia and Latin America in a Globalized World. *Studies in Comparative International Development*, v. 44, p. 386-410.
- \_\_\_\_\_. (2004). *State Directed Development: Political Power and Industrialization in the Global Periphery*. Cambridge: Cambridge University Press.
- LESSA, Antônio C.; COUTO, Leandro F. e FARIAS, Rogério de S. (2009), Política externa planejada: os planos plurianuais e a ação internacional do Brasil, de Cardoso a Lula (1995-2008). *Revista Brasileira de Política Internacional* [online], vol.52, n.1, pp. 89-109. ISSN 0034-7329. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v52n1/v52n1a05.pdf>. Acesso em: 22/01/2012.
- MANN, Michael. (2006) A crise do Estado-nação latino-americano. In: DOMINGUES, J. M. e MANEIRO, M. (Orgs). *América Latina hoje: conceitos e interpretações*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME – MDS (2012). *O perfil da extrema pobreza no Brasil com base nos dados preliminares do universo do Censo 2010*. Disponível em: [http://www.brasilsemfome.gov.br/wpcontent/themes/bsm2nd/perfil\\_extrema\\_pobreza.pdf](http://www.brasilsemfome.gov.br/wpcontent/themes/bsm2nd/perfil_extrema_pobreza.pdf). Acesso em: 08/03/2012.
- NERI, Marcelo. (2011). *Os Emergentes dos Emergentes: Reflexões Globais e Ações Locais para a Nova Classe Média*. Rio de Janeiro: FGV/CPS. Disponível em: <http://www.fgv.br/cps/brics/>. Acesso em: 07/08/2011.
- NUNES, Edson. (2003). *A gramática política no Brasil: clientelismo e insulamento burocrático*. Rio de Janeiro: Zahar.
- POLANYI, Karl. (2000). *A grande transformação: as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- PRZEWORSKI, Adam. (1989). *Capitalismo e social-democracia*. São Paulo: Companhia das Letras.
- REINERT, Erik. S. (2007) *How Rich Countries Got Rich ... and Why Poor Countries Stay Poor*. New York: Carroll & Graf Publishers.
- ROBERTS, Kenneth. M. (2008). Is Social Democracy Possible in Latin America? *Nueva Sociedad*, n. 217, p.1-11, Septiembre- Octubre. Disponível em: [http://www.nuso.org/upload/articulos/3549\\_2.pdf](http://www.nuso.org/upload/articulos/3549_2.pdf). Acesso em: 26/09/2011.

- RODRIK, Dani. (2011). *The Globalization Paradox*. New York, London: W.W. Norton & Company.
- \_\_\_\_\_ . (1997) *Has Globalization Gone too Far?* Washington, DC: Institute for International Economics.
- \_\_\_\_\_ . SANTOS, Fabiano; BORGES, M e RIBEIRO, M. (2011). O Congresso e o Governo Dilma. *Papel Legislativo*, ano 5, n. 1, maio. Disponível em: <http://necon.iesp.uerj.br/images/pdf/papeis/pl.%20n.1-2011%20.pdf>. Acesso em: 01/03/2012.
- SANTOS, Wanderley. G. dos. (1998) “A práxis liberal e a cidadania regulada”. In: *Décadas de espanto e uma apologia democrática*. Rio de Janeiro: Rocco.
- SCHARPF, Fritz. (1991). *Crisis and choice in European social democracy*. Ithaca: Cornell University Press.
- SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (2005). Por que Novo-Desenvolvimentismo? (Introdução) In: SICSÚ, J.; DE PAULA, L. F. e MICHEL, R. (Orgs.). *Novo-Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social*. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer.
- SOUZA, Jessé. (2010). *Batalhadores Brasileiros: Nova Classe Média ou Nova Classe Trabalhadora?* Belo Horizonte: Ed. UFMG.
- \_\_\_\_\_ . (2011a). A Parte de Baixo da Sociedade Brasileira. In: *Revista Interesse Nacional*. Ano 4, n.14, p.33-41, Julho-Setembro. Disponível em: [http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd\\_artigo=112#](http://interessenacional.uol.com.br/artigos-integra.asp?cd_artigo=112#). Acesso em: 16/10/2011.
- \_\_\_\_\_ . (2011b) É um erro falar que existe nova classe média, diz sociólogo. *Folha de São Paulo*, Fevereiro. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/poder/874777-e-um-erro-falar-que-existe-nova-classe-media-diz-sociologo.shtml>. Acesso em: 04/10/2011.
- THE ECONOMIST. (2012). *The rise of state capitalism*. January, 21<sup>st</sup>-27<sup>th</sup>. Disponível em: [www.economist.com](http://www.economist.com). Acesso em: 12/03/2012.
- \_\_\_\_\_ . (2011). *Africa rising*. December, 3<sup>rd</sup>-9<sup>th</sup>. Disponível em: [www.economist.com](http://www.economist.com). Acesso em: 12/03/2012
- WADE, Robert. (1990) *Governing the Market: Economic Theory and the Role of Government in East Asian Industrialization*. Princeton: Princeton University Press.
- WEISS, Linda. (2003) *States in the Global Economy: Bringing Domestic Institutions Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.